

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Débora Rodrigues dos Santos Flores

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E A QUESTÃO SOCIAL: DESAFIOS
DO FAZER PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS
MULHERES USUÁRIAS DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

Santa Maria, RS
2018

Débora Rodrigues dos Santos Flores

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E A QUESTÃO SOCIAL: DESAFIOS
DO FAZER PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS
MULHERES USUÁRIAS DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito obrigatório para obtenção do título **Bacharela em Serviço Social**.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Jardel Gaviraghi

Santa Maria, RS
2018

Débora Rodrigues dos Santos Flores

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E A QUESTÃO SOCIAL: DESAFIOS DO FAZER
PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS MULHERES
USUÁRIAS DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito obrigatório para obtenção do título **Bacharela em Serviço Social**.

Aprovado em 22 de novembro de 2018:

Fabio Jardel Gaviraghi, Dr. (UFSM)
(Presidente/ Orientador)

Cristina Kologeski Fraga, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2018

“Enquanto o homem e a mulher não se reconhecerem como semelhantes, enquanto não se respeitarem como pessoas em que, do ponto de vista social, política e econômico, não há a menor diferença, os seres humanos estarão condenados a não verem o que têm de melhor: a sua liberdade”.

(Simone de Beauvoir)

DEDICATÓRIA

Àquelas e àqueles que vieram antes e aos que ainda virão, às milhares de mulheres e homens que todos os dias existem e resistem às adversidades postas pelas desigualdades em nosso país.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é uma das mais nobres das virtudes, sendo assim para fins da elaboração deste trabalho de conclusão de curso, agradeço:

Primeiramente à Deus pela vida e por me permitir trilhar essa trajetória com saúde e muita perseverança.

Aos meus familiares, em especial: meus pais Marilu R. S. Flores e Fábio I. S. Flores, pelo amor incondicional, carinho e incentivo para que eu possa conquistar meus sonhos; à minha irmã Brunna R. S. Flores e ao meu cunhado Ulisses V. de Camargo por ser também apoio e acolhida nos dias difíceis; aos meus amados sobrinhos Miguel F. de Camargo e Livia F. de Camargo por me transmitirem tanto amor e carinho dia após dia desta trajetória acadêmica; e ao meu companheiro Lucas O. do Nascimento pelo afeto, companheirismo e por acreditar em mim, mesmo quando distante, ao me incentivar a perseverar nessa trajetória.

Aos meus amigos em especial Bruna, Camila e Fernanda pelo apoio e pelos momentos de descontração em meio ao caos.

Aos meus colegas e a todos que conheci e convivi nesse processo, em especial os meus fiéis companheiros Ana Luiza T. Rodrigues, Guilherme M. Miranda e Nathalia E. Araújo pelo crescimento conjunto, os conhecimentos compartilhados, pelas risadas e pela amizade.

À Universidade Federal de Santa Maria pelo ensino público, gratuito e de qualidade e à todos os docentes que no decorrer dos anos partilharam seu conhecimento comigo.

Ao meu orientador acadêmico Prof. Dr. Fábio Jardel Gaviraghi que me acolheu em meio à tantas inquietações e foi incansável em me auxiliar na produção do conhecimento e no meu crescimento profissional.

À Prof^a. Dr^a. Cristina Kologeski Fraga pela atenção e por ter aceitado o convite para compor minha banca.

Ao meu supervisor de campo James Souza Pizarro com quem pude aprender na prática o fazer profissional, nosso compromisso ético-político e a luta constante pelas políticas públicas.

Enfim, gratidão a todos aqueles que me auxiliaram de alguma forma e que torceram pela concretização deste trabalho e pela conclusão deste curso.

RESUMO

DESIGUALDADE DE GÊNERO E A QUESTÃO SOCIAL: DESAFIOS DO FAZER PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS MULHERES USUÁRIAS DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AUTORA: Débora Rodrigues dos Santos Flores

ORIENTADOR: Fábio Jardel Gaviraghi

O presente trabalho de conclusão de curso se constitui como um relatório teórico-prático e tem por objetivo analisar os processos de trabalho do(a) assistente social frente às mulheres usuárias da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com enfoque à questão de gênero. A metodologia está baseada na revisão bibliográfica e documental ao se utilizar dos dados da análise institucional, plano de estágio, diários de campo, projeto de intervenção e relatório final do estágio curricular em Serviço Social. O estágio realizado no âmbito da Política de Assistência Social em Santa Maria – RS, espaço onde surgiram as inquietações que delimitaram a escolha do tema, deu visibilidade ao grande número de mulheres que acessam os equipamentos, programas e benefícios previstos na PNAS. Devido a isso, surgiram questionamentos e ações com o desenvolvimento do projeto de intervenção, relacionados ao papel que as mulheres ocupam na configuração das relações sociais e à atuação do assistente social frente às usuárias dessa política. Com o desenvolvimento do trabalho foi possível observar que classe e gênero funcionam como o motor que gera as condições ideais para a manutenção e reprodução das relações tanto no âmbito da vida privada quanto pública. Na mesma lógica impactam também a atuação dos profissionais na área das políticas sociais ao permitir que através delas, por vezes, se consolidem as situações de privação, exclusão e opressão das mulheres. Logo, tem-se como conclusão final a importância da aproximação teórica e prática dos assistentes sociais com a temática de gênero numa perspectiva que a compreenda em suas especificidades históricas e culturais fortalecidas pelas barreiras do capitalismo e do patriarcado.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero; Questão Social; Política de Assistência Social; Serviço Social.

ABSTRACT

GENDER INEQUALITY AND THE SOCIAL ISSUE: CHALLENGES OF SOCIAL WORKER IN FRONT OF WOMEN USERS OF THE NATIONAL SOCIAL ASSISTANCE POLICY

AUTORA: Débora Rodrigues dos Santos Flores

ORIENTADOR: Fábio Jardel Gaviraghi

This study concludes the course as a theoretical and practical report and aims to analyze the work processes of the social worker in front of women who are users of the National social Assistance Policy (PNAS), with a focus on Gender issue. The methodology is based on bibliographic and documentary review when using data from institutional analysis, internship plan, field journals, intervention project and final report of the curricular internship in Social work. The internship in the context of the Social assistance policy in Santa Maria-RS, a space where the concerns that delimited the choice of the theme emerged, gave visibility to the large number of women who access the equipment, programs and benefits foreseen in the PNAS . Because of this, questions and actions arose with the development of the intervention project, related to the role that women occupy in the configuration of social relations and the work of the social worker in relation to the users of this policy. With the development of the work it was possible to observe that class and gender function as the engine that generates the ideal conditions for the maintenance and reproduction of relations both in the context of private and public life. The same logic also impacts the work of professionals in the field of social policies by allowing them to sometimes consolidate situations of deprivation, exclusion and oppression of women. Therefore, the final conclusion is the importance of the theoretical and practical approximation of social workers with the gender theme in a perspective that understands it in their historical and cultural specificities strengthened by the barriers of Capitalism and patriarchy.

Keywords: Gender inequality; Social issue; Social Assistance Policy; Social Service;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRAS - Centro de Referência em Assistência Social

CF - Constituição Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	QUESTÃO SOCIAL, GÊNERO E AS POLÍTICAS SOCIAIS: ELEMENTOS CONSTITUINTES DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	12
2.1	CLASSE SOCIAL E GÊNERO NA CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO CAPITALISMO	12
2.2	TRAJETÓRIAS E CAMINHOS PERCORRIDOS PELAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL	18
2.3	POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COM ENFOQUE DE GÊNERO: AS MULHERES HOJE	22
3	SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PROFISSIONAIS ...	28
3.1	SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: IDAS E VINDAS NA TRAJETÓRIA DA PROFISSÃO	28
3.2	PROCESSOS DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	32
3.3	O DEBATE SOBRE GÊNERO NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	36
4	O ESTÁGIO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESVELANDO AS DESIGUALDADES SOCIAIS E DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA – RS	40
4.1	CARACTERIZANDO OS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS, O MUNICÍPIO E O TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS NORTE	40
4.2	O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: VIVÊNCIAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL NORTE	45
4.3	UM OLHAR SOB AS MULHERES USUÁRIAS DA ASSISTÊNCIA E O PROJETO EMPODERA MULHER	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
6	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso se constitui como um relatório teórico-prático e tem por objetivo analisar os processos de trabalho do assistente social junto às mulheres usuárias da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com vistas a problematizar a questão de gênero nesse âmbito e relacionar com a experiência enquanto acadêmica e estagiária em Serviço Social.

A metodologia está baseada na revisão bibliográfica e documental e foi realizada de forma a compreender a abrangência das especificidades da Política Nacional de Assistência Social e da atuação dos assistentes sociais com enfoque de gênero. Sendo assim, a busca de dados foi realizada em artigos, monografias, dissertações, teses e livros sobre a temática central. Além destes materiais, também foram utilizados os documentos do Estágio I e II constituídos pelos planos de estágio, análise institucional, projeto de intervenção, diários de campo, bem como o relatório final de estágio.

Tendo como base as experiências vivenciadas e o conhecimento adquirido no decorrer da graduação percebe-se que a categoria classe social no modo de produção capitalista pode ser central em delimitar a trajetória dos indivíduos e os espaços que os mesmos vão ocupar na sociedade. Além disso, apreende-se que a mesma está interligada ao aumento da pobreza e o surgimento da questão social, expressão objetiva das desigualdades entre as classes no capitalismo.

Atrelado a isso, compreende-se que os gêneros masculino e feminino também têm ocupado um papel central na organização do mundo e constituição das relações sociais. Isto demonstra que se configuram como elementos marcantes da vida cotidiana e atribuindo aos indivíduos formas de ser, pensar e agir.

Isto posto, é essencial compreender em que momento da história essas categorias passam a inferir aos homens e mulheres normas sociais e papéis de gênero que vêm configurando as desigualdades postas na sociedade nos dias atuais. Na mesma lógica, busca-se apontar a contribuição desses aspectos na criação e manutenção das políticas sociais, com foco na Política Nacional de Assistência Social, política pública não contributiva de proteção social dos indivíduos impactados por situações de vulnerabilidade e/ou risco social, conforme a Constituição Federal de 1988.

Sendo assim, a escolha da temática desse trabalho de conclusão de curso se justifica, num primeiro momento, pelo fato de ser mulher e, portanto carregar o estigma de gênero desde os primeiros anos de existência, durante a trajetória acadêmica e posteriormente, a vida

profissional. Além disso, enquanto acadêmica em Serviço Social¹ foi possível a aproximação com o tema considerando que a profissão, tem como eixo central e objeto de trabalho a questão social e as suas refrações, que incidem ora direta, ora indiretamente na manutenção da vida dos sujeitos sociais e estão intrinsecamente ligadas à divisão do trabalho social e sexualmente determinado. No que se refere especificamente ao Serviço Social reforça-se a imprescindível aproximação desses estudos, uma vez que se considera sua base teórica marxista e o projeto ético político ao qual a profissão está amarrada.

Esse trabalho tem como base também as experiências de estágio vivenciadas durante a graduação, tanto na Secretaria de Desenvolvimento Social, quanto no Centro de Referência em Assistência Social Norte em Santa Maria - RS. Pois foi possível a partir destes, observar a realidade vivenciada pelas mulheres usuárias da Política de Assistência Social e perceber o papel que as mesmas assumem no enfrentamento da pobreza e da vulnerabilidade que cerca suas famílias.

Todos esses fatores, de um modo geral, foram centrais para desencadear o interesse na compreensão das relações sociais estabelecidas na sociedade entre homens e mulheres. Os mesmos contribuíram significativamente para que a atuação dos assistentes sociais junto às mulheres, a partir do viés de gênero, se tornasse prioridade enquanto objeto de intervenção e concomitantemente, foco de estudo para este trabalho final de graduação. Dessa forma, pensar essa temática no âmbito das políticas sociais é imprescindível aos profissionais e instituições públicas da área, considerando o caráter emancipatório da assistência social que prevê a garantia dos direitos com igualdade e equidade.

Nesse sentido, pretende-se explorar na sequência do presente trabalho a partir das perspectivas de alguns autores e do método histórico-dialético, a constituição das desigualdades de gênero na sociedade de classes, e posteriormente, da sua remodelação com o advento do capitalismo e da apropriação dos meios de produção. Num segundo momento, tecer-se-á alguns apontamentos sobre os processos de trabalho dos assistentes sociais com as mulheres usuárias das PNAS, visto que se caracterizam como um grupo que por um longo período não teve acesso aos direitos fundamentais em nossa sociedade, e ainda, foi alvo de opressão, violência, preconceito e desvalorização. Em seguida, a síntese da experiência de estágio na Assistência Social em Santa Maria - RS será exposta e repensada a partir dos conceitos explorados ao longo da elaboração deste relatório, e por fim algumas considerações e as referências.

¹ Profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho tendo suas raízes na contradição entre capital e trabalho e amarrada a garantia e efetivação dos direitos sociais, políticos e econômicos de todos os cidadãos.

2 QUESTÃO SOCIAL, GÊNERO E AS POLÍTICAS SOCIAIS: ELEMENTOS CONSTITUINTES DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

No que se refere ao campo teórico, tanto a questão de gênero quanto a Política Nacional de Assistência Social se constituem nas palavras de Arrazola (2006), como um “desafio teórico-epistemológico e político”, pois conforme a autora, ambas tratam-se de reflexões recentes e ainda em construção. Sendo assim, pensar a relação dessas temáticas e as repercussões das mesmas no fazer profissional do assistente social é uma tarefa no mínimo, desafiadora.

Arelado a isso e tendo em vista os rumos que as políticas sociais vêm assumindo no Brasil com a onda neoliberal e as tentativas de desmanches das mesmas², a discussão do presente capítulo se caracteriza como imprescindível, quando se observa que as relações sociais alicerçadas na desigualdade de classes e de gênero, podem influenciar o planejamento dos programas e projetos referentes à Política Nacional de Assistência Social. Além disso, acredita-se também que, é necessário, compreender os enlaces e a sequência de acontecimentos que resultaram na criação, manutenção e sobrevivência das políticas sociais durante o sistema de apropriação dos meios de produção e analisar num sentido macro os fatores políticos e sociais que delimitam tal trajetória.

2.1 CLASSE SOCIAL E GÊNERO NA CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO CAPITALISMO

Nesse momento pretende-se discutir o movimento de transformação da sociedade e a presença das categorias gênero e classe social na configuração das relações sociais experienciadas no modo de produção capitalista. Ou seja, pretende-se esboçar os alicerces de ambas as categorias e pensar nos apontamentos centrais acerca destas, para ampliar a compreensão da maneira que se cruzam historicamente e de que ideais servem na sociedade contemporânea.

Para isso, conforme destacado nos aspectos introdutórios, utilizar-se-á do método histórico dialético de Marx, tendo como eixo central as categorias de totalidade, historicidade

² “...uma das principais medidas adotadas foi “ativar” os chamados “dependentes da proteção social” para o trabalho. Vale dizer, os programas neoliberais de proteção social que, desde os anos 1990, ocupam lugar prioritário nos discursos e nas agendas políticas dos governos, são aqueles que, agora, obrigam os beneficiários a trabalhar (ou a se submeterem a treinamentos para tal) em troca de assistência. Só que o mercado disponível para esse tipo de força de trabalho é geralmente precário, flexível, desprotegido e de baixa remuneração”. (PEREIRA, 2013, p. 22).

e contradição além de explorar a indissociabilidade entre teoria e vida cotidiana, fenômeno e essência para compreender a realidade e as relações sociais. A investigação sob esse enfoque “consiste, portanto, em situar e analisar os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade como recurso heurístico, e inserido na totalidade concreta: a sociedade burguesa”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 38).

A respeito do método, Bezerra e Veloso (2015) o compreendem como o mais adequado para apreender a categoria gênero por desenvolver um movimento que, na lógica da totalidade, desfetichiza e desnaturaliza os fenômenos sociais, percebendo as contradições postas pela apropriação dos meios de produção. Do mesmo modo, Behring e Boschetti (2006) também pontuam que as dimensões história, economia, política e cultura não podem ser entendidas como partes isoladas e sim dentro da categoria da totalidade, profundamente imbricadas e articuladas.

Lima (2014) ao adotar a postura marxista, afirma que apesar das críticas feitas a seu suposto reducionismo econômico, essas abordagens se destacam por relacionar os fenômenos com a organização social, afirmando que “homens e mulheres são, antes de tudo, seres sociais e, como tais, condicionados histórica e socialmente” (LIMA, 2014, p.52). Nessa lógica, o método dialético marxista nos permite analisar essa realidade de forma que não se menospreze a opressão, mas que se utilize da totalidade para pensar a relação contraditória da exploração burguesa sob o proletariado e a correlacione com a dominação de sexo/gênero.

Para dar início, à nossas reflexões, começar-se-á com a categoria gênero que segundo os estudos de Scott (1995), o uso desse termo recentemente indica um distanciamento das distinções do determinismo biológico, a fim de afirmar que o masculino e feminino se constituem na relação que estabelecem entre si e com o mundo. Define-se também conforme, Scott (1995) que:

[...] a informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, um estudo implica o outro. Este uso insiste em que o mundo das mulheres é parte do mundo dos homens, criado nele e por ele. Este uso rejeita a utilidade interpretativa de esferas separadas [...]. (SCOTT, 1995, p.80).

Para Bezerra e Veloso (2015) o conceito de gênero passou a ser utilizado pelas feministas marxistas assumindo um pensamento que vai além das questões biologicistas e economicistas, buscando compreender a permanência das relações desiguais entre homens e mulheres mesmo em contextos políticos e econômicos diferenciados. Sendo assim, não é

possível, de acordo com a base teórica de que se parte, problematizar essas questões num sentido que separe o fator econômico, pois esse não daria conta do enredo em que se constituem os papéis e atribuições de gênero na sociedade capitalista.

Nesse sentido, no que tange à produção do presente trabalho, o mesmo têm como base, os conceitos de Scott (1995) e de Bezerra e Veloso (2015) em seus estudos, e elaborar-se-à numa perspectiva que problematiza o masculino e feminino como fatores conjuntos e interrelacionados durante os diversos períodos históricos que serão discutidos a seguir³.

Bezerra e Veloso (2015) apontam que inicialmente as questões biológicas contribuíram para a divisão do trabalho, de forma que as mulheres costumavam desempenhar tarefas que não exigiam deslocamento muito grande como a coleta, o cultivo e o cuidado com os filhos, enquanto os homens realizavam as que exigiam deslocamento espacial maior, como a caça e as guerras.

No mesmo tom, Arrazola (2006) destaca que gênero são as relações sociais estruturadas a partir das diferenças biológicas dos corpos sexuados de mulheres e homens e do que os simbolizam, essas relações de gênero “distribuem diferente e desigualmente o poder, a autoridade e o prestígio” constituindo o patriarcado⁴ (ARRAZOLA, 2006, p. 81). Além disso, Souza (2015) o admite como sendo o poder exercido pelo homem por meio dos papéis sexuais e que precede o modo de produção capitalista, e nele assume formas singulares de existência.

Nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente⁵ seja a mulher inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo; desempenha, portanto um relevante papel econômico (SAFFIOTI, 2013, p.64). Em contrapartida, a autora ressalta que apesar de estarem inclusas no processo produtivo, no sistema feudal e na economia de burgo, as mulheres em maior parte ocupavam funções subalternas e menos compensatórias como consequência do patriarcado.

No entanto, a nascente sociedade capitalista que se consolida nos burgos, posteriormente vai engendrar novas formas de relações sociais ao fomentar a separação entre

³ “O ponto de vista da totalidade concreta é um princípio metodológico da investigação dialética, em que cada fenômeno social pode ser entendido como o momento do todo. Este fenômeno, na medida em que desempenha duplo papel, constitui um fato histórico, definindo-se a si mesmo e ao todo, já que faz parte deste. (KOSIK, 1976, p. 42 apud BEZERRA; VELOSO, 2015).

⁴ Saffioti (2004) define o patriarcado como um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas. Nesse sentido, a ordem patriarcal de gênero admite então a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina.

⁵ O casamento como membro de uma guilda mercante conferia à mulher os direitos e privilégios de seu marido, como sua sócia ou coadjuvante [...]. Em todas as outras esferas, quer de trabalho quer de vida ociosa, sempre foi considerada menor e incapaz, necessitando da tutela de um homem, marido ou não. (SAFFIOTI, 2013, p. 62).

o local de produção e o de moradia, impactando diretamente na vida das mulheres, que até então exerciam suas funções em casa, juntamente com os homens. (SAFFIOTTI, 2004).

Nesse processo, separava-se a fábrica, local de produção de valor – que produz valor novo, essencial, no capitalismo, para a produção da mais-valia –, do domicílio, local de reprodução da vida – em que se reproduz não se cria valor novo, não se extrai mais valia. Ao separar esses mundos, valorizando moralmente o mundo da produção e tornando o da reprodução ideologicamente desvalorizado, o capital garantia ambos, enquanto dividia ao meio a classe trabalhadora entre homens e mulheres, e não remunerava as essenciais tarefas de reprodução. (SOUZA, 2015, p. 479).

Seguindo o raciocínio de Souza (2015) essa nova organização impacta as relações intrafamiliares de maneira que as mulheres e os filhos passariam a depender unicamente da renda dos homens, esta, no entanto, acabou não sendo suficiente uma vez que se agravou a pauperização e a precarização do trabalho na ascensão da industrialização. Nessa lógica, ressalta-se que essas transformações foram engendradas pelo próprio capital no intuito de que as mulheres contribuam com a criação da riqueza, enquanto a produtividade ainda era lenta. Esse mesmo sistema, décadas depois vai promover “o processo de sua expulsão do sistema produtivo, já esboçado na forma subsidiária assumida pelo seu trabalho”. (SAFFIOTTI, 2013, p.64).

Para Saffioti (2013) com a industrialização a vida feminina ganhou novas dimensões não porque a mulher passa a desempenhar funções econômicas ao adentrar o mundo do trabalho, mas porque isso permitia que se alterasse o seu papel, rompendo com o isolamento que grande parte das mulheres vivia. Entretanto, para Iamamoto e Carvalho (1995), a entrada das mulheres e crianças em idade prematura no mercado de trabalho funcionou como um mecanismo de rebaixamento salarial e contribuiu também para a constituição de um amplo exército industrial de reserva.

Posteriormente há “a expulsão das mulheres do trabalho assalariado, da economia e do mundo público, criando um preconceito contra o trabalho das mulheres, especialmente as casadas, transformando o seu direito ao trabalho em concessão, permitida apenas às mulheres mais pobres” (SOUZA, 2015, p. 480). Nessa lógica, o sexo passa a funcionar como instrumento de atualização da sociedade de classes, cada vez mais ancorada na individualização e na competitividade que subjuga classes sociais para fortalecer os ideais do sistema, desencadeando a “questão social”.

Os estudos de Netto (2006) à respeito da questão social evidenciam que o termo passou a ser utilizado na terceira década do século XIX, para expressar o fenômeno que se ampliava na Europa em decorrência do processo de industrialização, denominado *pauperismo* (grifo do autor). Compreende-se que a mesma é gerada a partir do elemento definidor do

capitalismo, “a posse privada dos meios de produção por uma classe e a exploração da força de trabalho daqueles que não à detêm”. (MARTINELLI, 2011, p. 31).

Para Netto (2006) a industrialização permite que a pobreza comece a tomar proporções maiores visto que a produção da riqueza é coletiva e socialmente produzida, mas sua apropriação é privada, fato esse que impulsiona o “surgimento” da questão social⁶, compreendida como o conflito entre o capital e o trabalho e representação da pobreza decorrente do modo de produção que encontrava-se em ascensão.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira, conservando-se o segundo. (NETTO, 2006, p. 157).

Entende-se com base no exposto que a industrialização e as desigualdades geradas pelo advento do capitalismo passam a precarizar num sentido amplo as condições de trabalho e de vida da classe proletária que vende a força de trabalho cujo capital se apropria. Essa apropriação vai desencadear as desigualdades entre as classes, não só numa perspectiva econômica, mas também social, estabelecendo as contradições entre burgueses e trabalhadores assalariados e/ou desempregados.

É nesse contexto também que vão se solidificando, ou até mesmo, se atualizando, nas palavras de Saffioti (2013) as definições culturais acerca do gênero, diferenciando-os entre aqueles que vendem sua força de trabalho (homens) e aqueles que exercem sua força de trabalho nos afazeres domésticos (em sua maioria, mulheres), estabelecendo segundo Miranda (2017) a divisão sexual do trabalho e o processo de produção e reprodução social.

Os autores Bezerra e Veloso (2015) destacam também que apesar das condições biológicas do sexo por si só não terem significado, quando inseridas em um contexto histórico, impõem-se que as mesmas têm um papel importante na divisão do trabalho uma vez que a mulher na sua condição de procriadora não poderia se afastar do lar por dados períodos. Nessa lógica, para Saffioti (2013) as posições sociais respectivas de mulheres e homens, ou seja, o gênero, não são construídas sobre a categoria aparentemente natural do sexo, mas, o sexo tornou-se um fato pertinente e, portanto, uma categoria da percepção, a partir da criação da categoria gênero.

⁶ Para os mais lúcidos observadores da época, independentemente da sua posição ídeo-política, tornou-se claro que se tratava de um *fenômeno novo* (grifo do autor), sem precedentes na história anterior conhecida. (NETTO, 2006).

Assim, infere-se que “o contexto que se desenvolve o trabalho da mulher nas sociedades de classes é complexo e, todo ele, limitativo à expressão do elemento feminino enquanto vendedor de força de trabalho” (SAFFIOTI, 2013, p. 103). Em 1935, conforme a autora (op cit) as mulheres americanas da indústria têxtil do algodão recebiam 28% menos do que os homens empregados nas mesmas funções, número esse que elevava-se para 36% na indústria de calçados.

O que se configura alarmante é que em torno de 80 anos depois, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil no ano de 2016, as mulheres ainda recebem menos que os homens, chegando em média em 86,7% do salário dos mesmos. Além disso, essa pesquisa aponta que as mulheres dedicaram no ano de 2016 em média 73% a mais de horas que os homens aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, dado esse que chega a 80% quando se refere às mulheres pretas ou pardas.

Dessa forma, o que se pode apreender é que na sociedade contemporânea as mulheres ocupam ainda um espaço misto de conquistas e atrasos, como se não fosse possível superar as desigualdades de gênero, isso deriva nas palavras de Saffioti (2013, p 212) do fato de “o caráter problemático da situação da mulher na sociedade de classes não ser fenômeno transitório, e sim derivar de focos permanentes de tensão social, gerados pela própria estrutura social” entendidas também como as desigualdades entre burguesia e proletariado.

Nessa lógica, percebe-se que mesmo nas sociedades pré-capitalistas, de burgos e feudos até a sociedade contemporânea capitalista, a categoria gênero sempre esteve presente na divisão do trabalho e na organização das sociedades, mesmo que ora sua influência fosse mais evidente, e ora mais despercebida diante dos próprios sujeitos que vivenciavam o processo. Reforça-se com Saffioti (2013) que o que configura a principal diferença entre ambos períodos históricos é que no primeiro, não era dada às mulheres a possibilidade objetiva de perceber e enfraquecer os elementos que a subordinavam, já na sociedade capitalista contemporânea o limite de consciência das mesmas amplia-se consideravelmente, permitindo a desestabilização dessas estruturas.

Nesse contexto discorrer-se-à a seguir à respeito da trajetória das políticas sociais considerando que as mesmas podem ter um potencial de enfrentamento à ordem social e econômica vigente, vislumbrando possibilidades de superação ou ao menos, amenização das desigualdades sociais e também de gênero.

2.2 TRAJETÓRIAS E CAMINHOS PERCORRIDOS PELAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Para compreender a forma como se consolidaram as políticas sociais e posteriormente, a política de assistência social é essencial discorrer a respeito dos acontecimentos históricos e da conjuntura sócio-política que envolvia o país e o povo brasileiro em determinados períodos, pois conforme Behring e Bochetti (2006) esse debate requisita, além dos dados técnicos, a análise exaustiva de suas causas e inter-relações e das razões econômico-políticas subjacentes aos dados das políticas sociais.

As políticas sociais são instrumentos de ação governamental que irão se concretizar em forma de resposta a determinadas demandas, a partir de programas, serviços e projetos, segundo Behring e Boschetti (2006) as políticas sociais conseguem garantir ganhos para os trabalhadores e concomitantemente impor limites aos ganhos do capital. As mesmas representam também a transformação de demandas estatais e privadas em ações públicas efetivas que devem produzir resultados na sociedade, reforçando o sentido de universalidade e de totalidade, e responsabilizando assim o Estado com a garantia de direitos, mas também, a sociedade na verificação da legitimidade e integridade da política.

Faleiros (1991) afirma que as políticas sociais no Brasil são intrinsecamente ligadas às condições vivenciadas pelo país em níveis econômico, político e social, e as mesmas funcionam como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, em outros como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão.

Dessa forma, tendo como base as categorias postas pelo método, Pereira (2011) afirma que a política social é o produto das relações contraditórias entre estrutura e história entre estado e sociedade e princípios da liberdade e da igualdade que regem os direitos de cidadania e também das relações antagônicas entre capital e trabalho, compreendidas a partir da questão social que já vem sendo discutida nesse trabalho.

Piana (2009) afirma que não é possível estabelecer um período exato do surgimento das primeiras identificações chamadas políticas sociais, visto que, elas “se originam na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo como a Revolução Industrial, das lutas de classes e do desenvolvimento da intervenção estatal”. (PIANA, 2009, p. 22).

Nessa lógica, Behring e Boschetti (2006) situam que os autores são unânimes em demarcar o final do século XIX como o período que o Estado passa a assumir e realizar ações sociais de forma mais ampla e com caráter de obrigatoriedade. Para as autoras, o ano de 1923

se caracteriza como um dos marcos iniciais das estratégias das políticas sociais quando foi aprovada a Lei Eloy Chaves, responsável por criar as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPS), mas estas por sua vez, concediam direitos trabalhistas e previdenciários às categorias de trabalhadores inseridas diretamente no processo de produção e circulação de mercadorias, sendo favorável aos interesses burgueses.

Sabe-se, com base em Faleiros (2006), que até meados de 1930 no Brasil, a pobreza era considerada como “caso de polícia” e a forma de enfrentamento à mesma era a repressão e a marginalização⁷ dos menos favorecidos, atrelado a isso, estavam presentes as instituições caritativas e religiosas que prestavam auxílio à esses indivíduos através da ajuda e benemerência. Posteriormente, com a solidificação da pobreza em maior escala, a exigência de enfrentamento à pobreza, é direcionada ao Estado que vai assumir as primeiras estratégias voltadas à superação das condições de pauperismo, através de ações e estratégias compreendidas como políticas sociais.

Behring e Boschetti (2006) afirmam que nesse momento, as respostas dadas pelo Estado incorporaram algumas demandas, mas sem atingir o cerne da questão social e, além disso, se instituíram como tutela e favor, distanciando a definição em lei de sua implementação real⁸. RUSSO et al (2008) complementam ao afirmar que o modelo implementado pelo Estado Brasileiro tinha um caráter fortemente assistencialista, cujos objetivos centravam-se em reproduzir e assegurar a relação de dependência e dominação da população usuária.

Pode-se dizer que as políticas sociais vivenciaram forte expansão após a Segunda Guerra Mundial tendo como fator decisivo a intervenção do Estado na “regulação das relações sócias e econômicas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.98). Esse período, compreendido como os “anos de ouro” têm como base central, conforme as autoras, a situação excepcional da guerra e do fascismo, a terceira revolução tecnológica e, sobretudo, a derrota histórica do movimento operário, ensejada com o fascismo e a guerra.

Houve, naquele momento, uma melhoria efetiva das condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, com acessos ao consumo e ao lazer que não existiam no período anterior, bem como uma sensação de estabilidade no pleno emprego, em contexto de pleno emprego keynesiano, diluindo a radicalidade das lutas e levando a crer na possibilidade de combinar acumulação e certos níveis de desigualdade. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 89).

⁷ Em conformidade disso, destaca-se com base em Behring e Boschetti (2006) a aprovação do Código de Menores (1927) com caráter claramente punitivo da chamada delinquência juvenil.

⁸ Esse distanciamento, segundo as autoras Behring e Boschetti (2006), perdura até os dias atuais, nas políticas sociais brasileiras.

Esse contexto contribui, conforme as autoras, para o chamado “consenso pós-guerra” que vai contribuir para a instauração dos modelos de proteção social bismarckiano, baseado na lógica do seguro, iniciado na Alemanha no final do século XIX e do beveridgiano, publicado na Inglaterra em 1942 que propõe uma nova lógica para a organização das políticas sociais. O que vai demarcar, segundo Behring e Boschetti (2006) o início do período denominado *Welfare State* ou estado de bem-estar social é a superação dessa lógica de seguro bismarckiana e a incorporação do Plano Beveridge que têm com princípios: responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, universalidade dos serviços sociais e a implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social.

No entanto para Sposati et al (2014), o avanço das políticas sociais nesse período, conhecido como *Welfare State*, é resultado de um pacto interclasses no sentido de unir esforços para a reconstrução econômica, social e política das nações no pós-guerra, mas o mesmo não pode ser tomado como referência desejável visto o distanciamento entre as políticas sociais brasileiras e sua própria referência.

Esse período⁹, no entanto, começa a se exaurir no final dos anos 1960 conforme as autoras Behring e Boschetti (2006) a absorção das novas gerações no mercado de trabalho diminuiu, a capacidade do estado de exercer suas funções *mediadoras civilizatórias* (grifo nosso) já não era a mesma, a dívida pública e privada aumentava perigosamente e a primeira grande recessão foram responsáveis por anunciar o fim do sonho do pleno emprego e da cidadania nas políticas sociais.

Entende-se com base em Silva (2015) que o capitalismo tem um desenvolvimento cíclico de expansão e contração de produção de mais valia e acumulação do capital, resultante disso, esse sistema é composto por ciclos econômicos. São esses ciclos que irão moldar as possibilidades das políticas sociais, em momentos de expansão, elas crescem e em momentos de estagnação se restringem, estabelecendo a relação contraditória entre a política social e o capital x trabalho.

Nessa ótica, destaca-se com base em Faleiros (2006) que a crise econômica que têm início em meados de 1970, em pleno regime ditatorial, representa o esgotamento da fase expansiva do desenvolvimento capitalista após a Segunda Guerra Mundial e impacta nas transformações sociais e rumos dados às políticas sociais nas décadas que se seguem. A

⁹ Todavia, um ponto comum entre os marxistas mais conhecidos, que se dispuseram, desde os anos 1970, a estudar o sistema de proteção social, é o entendimento de que o termo *Welfare State* é uma mistificação, porque se apresenta sob a capa de uma face benfeitora do capitalismo, distorcendo o seu real significado: o de ser uma forma capitalista de regulação social com as suas contradições. Por esta razão, tais autores preferem usar o termo “capitalismo de bem-estar”, por refletir mais claramente as funções contraditórias das atividades do Estado no campo da proteção social. (PEREIRA, 2013, p. 39).

respeito disso, Behring e Boschetti (2006) destacam que nesse contexto, os direitos sociais por um lado, são pautas de reivindicação dos movimentos da classe trabalhadora e por outro, representam a busca de legitimidade da classe dominante em ambiente de restrição de direitos civis e políticos, como foi o caso dos períodos de ditadura (1937 – 1945 e 1964 – 1984), responsáveis por instaurar o caráter das políticas sociais como tutela e favor.

Esses acontecimentos representam, em si, a efervescência política e a instauração da democracia, e propiciaram o cenário ideal para que os movimentos sociais fomentassem a criação da Constituição Federal de 1988. Assim, no Brasil a década de 1980 representa um divisor de águas no que se refere à conjuntura sócio histórica e política do país considerando o fim da ditadura militar a partir de 1985 e o processo de redemocratização que se iniciou após esse período.

Dessa forma, a carta constituinte vai trazer em seu texto o sistema de seguridade social, de forma que: Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Em contrapartida, Russo et al (2008) afirma que a década de 1990, ao mesmo tempo em que significou a materialização da legislação que regulamenta a política de assistência, marca o processo de adesão ao receituário neoliberal que comprometeu suas possibilidades reais de efetivação.

Este contexto econômico mundial e a adoção das políticas neoliberais de desregulamentação e flexibilização do trabalho e dos direitos trabalhistas e sociais afetaram profundamente o campo das políticas sociais, e embora haja um amplo debate acerca da profundidade e da intensidade de seus efeitos, vários autores referem-se à combinação de mudanças quantitativas e qualitativas que, desde finais de 1970, atingem os diferentes regimes de bem-estar social. (RAICHELIS, 2013).

Dessa forma, apreende-se que o contexto social e político e a representatividade legal da constituição, não deram conta em si, da efetivação e garantia dos direitos previstos pelo sistema de proteção social, devido ao momento econômico que o sistema capitalista vivenciava nesse período marcado pela onda neoliberal.

Esse cenário de ascensão do sistema capitalista, acirramento da questão social e da luta de classes vai exigir do Estado alternativas face às desigualdades sociais, resultando nas políticas sociais e norteando a forma de implementação das mesmas. Nessa lógica, pretende-se traçar a seguir de que forma esse cenário impacta na construção e implementação da Política Nacional de Assistência Social dando destaque à questão de gênero considerando o papel da mulher na reprodução social no capitalismo.

2.3 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COM ENFOQUE DE GÊNERO: AS MULHERES HOJE

O principal objetivo deste subcapítulo é compreender que entre Estado e sociedade civil há diversos interesses divergentes atrelados à consolidação das desigualdades sociais, da pobreza e pauperismo e das refrações da questão social, os mesmos interferem diretamente na formulação das políticas sociais consolidando-as como ferramenta de concessões à classe trabalhadora e/ou estratégia para manter a ordem vigente e funcionar a favor do capital.

Dessa forma, Miranda (2017) pontua que discutir gênero e desigualdade exige um olhar sobre como o Estado compatibiliza as demandas de acumulação do capital com as diversas expressões da desigualdade social, inclusive as de gênero e a autora ainda reforça que deve-se questionar como essas políticas sociais se estruturam e qual sua contribuição frente aos papéis tradicionais atribuídos às mulheres. Nesse sentido, as discussões que serão problematizadas a seguir vão trazer aspectos a respeito do gênero feminino e relacionar a implicação das mesmas na configuração das políticas sociais, em especial da Política Nacional de Assistência Social.

Arrazola (2006) aponta que diante da crise estrutural do capital em 1930, o Estado intervém com políticas públicas como *medidas anticrise* (grifo nosso) e nessa análise, a autora concebe o Estado como sendo de classes, patriarcal, sexista e racista.¹⁰ Assim, busca-se articular de que forma essas políticas vão se correlacionar com a questão de gênero, tão rica ao sistema capitalista para manter a produção e reprodução das relações sociais, considerando que conforme destacado nas análises anteriores, essas políticas sociais também se estabelecem como “mecanismos políticos e econômicos que garantem a reprodução do sistema e formam um amplo aparato ideológico que procura naturalizar e perpetuar este modelo de sociedade”. (PIANA, 2009, p. 29).

No que se refere à assistência social, Russo et al (2008) aponta que desde sua primeira “aparição” através da Legião Brasileira de Assistência (LBA)¹¹ em 1942, com um caráter claramente assistencialista de reprodução das relações de dominação e dependência, a mesma já apresentava um espaço reservado às mulheres, tanto como profissionais, aquelas que ocupavam posição social de maior prestígio, quanto como destinatárias da assistência, sendo as mulheres proletárias.

¹⁰ Embora a questão da raça seja um debate riquíssimo e que também sustenta as relações desiguais na sociedade, nesse trabalho, por ora, não será aprofundada como tema norteador.

¹¹ Nessa instituição, para Russo et al (2008) era central o papel da mulher, tendo como precursora a Primeira Dama Darcy Vargas ao invés do presidente e/ ou de seus homens de confiança.

Nesse sentido, estabelece-se que as mulheres são responsáveis pelo âmbito doméstico/privado, e ao adentrarem o mundo público através da assistência, a elas destina-se um lugar marginalizado tornando-as responsáveis pela reprodução social e pela questão social, fortalecendo a lógica de que são “boas mães, esposas e donas-de-casa” (RUSSO et al, 2008, p. 138) atribuindo-lhes o papel de cuidado com o outro e sua “*vocação natural*”¹² para as tarefas educativas e caridosas”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 182).

Esse cenário ao mesmo tempo que reforça a submissão e opressão da mulher uma vez que a própria sociedade dispõe-lhe os espaços que pode ou não ocupar, destina-as o controle das manifestações da questão social, também abrindo espaço para a profissionalização das mulheres, aproximando-as do espaço público e de seu despertar político. À respeito disso, os autores Russo et al (2008) destacam o caráter contraditório da sociedade no qual forças conservadoras acabam, muitas vezes, gestando forças revolucionárias, estabelecendo um constante de superação e conservação.

A ação social do Estado no âmbito da assistência inicialmente tinha como objetivo atuar na formulação de leis trabalhistas e na regulação das condições de trabalho, e posteriormente, voltou-se para os sistemas de proteção social ou de seguridade social, e nesse âmbito foi forçada a “incorporar algumas reivindicações e demandas dos trabalhadores/as e dos/das subalternizados/das, a exemplo dos movimentos operário, feminista e de mulheres”. (ARRAZOLA, 2006, p.83).

Dessa forma, voltando-se ao enfoque de gênero concebe-se nesse contexto a importância do movimento feminista. Considerando-o segundo Lisboa (2010), que afirma estar fundado em uma teoria crítica e ativista que estuda as relações de gênero e passa questionar o papel da mulher na sociedade, para a autora, “o feminismo tem como pressuposto ético-político denunciar um conjunto de suposições que a sociedade definiu como “natural” (por exemplo, a heterossexualidade, a maternidade), engendram práticas opressivas e discriminatórias, causando sofrimento para as pessoas que fogem do padrão de “normalidade” estabelecido”. (LISBOA, 2010, p.69).

Isto posto, no que se refere ao aporte legal que dá sustentação à esse debate acerca do gênero, têm-se a CF 1988 que traz em seu Art.5 Inciso I que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (BRASIL, 1988). Esse artigo representa o fim da desigualdade de gênero

¹² As atribuições femininas, embora tidas como naturais são social e culturalmente construídas. (RUSSO et al, 2008, p. 138).

pelo menos nos termos constitucionais, mas conforme exploraremos a seguir, a mesma não lida e nem soluciona o âmago dessas questões.

Nos termos da Constituição Federal de 1988 também foi reconhecida a assistência Social¹³, dentro do tripé da Seguridade, se estabelecendo como direito do cidadão e dever do Estado e representando um marco na trajetória dos direitos sociais. Desse modo, a Assistência Social foi incluída como política não contributiva, responsável pela proteção social¹⁴, essa política tem como objetivo o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais e a garantia universal dos direitos dos cidadãos, vide artigo:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Além disso, segundo a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), N.8743/1993, essa política se caracteriza como:

Art. 1 Direito do cidadão e dever do Estado é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

No entanto, a materialização da Lei Orgânica de Assistência Social (1993) e do artigo 203 (vide constituição) ocorre somente no ano de 2004 quando foi criada a Política Nacional de Assistência Social. A Política Nacional de Assistência Social – PNAS foi aprovada em 22 de setembro de 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social com o objetivo de efetivar as ações da assistência social e responder às demandas da sociedade na lógica que a CF 88 a define como direito do cidadão e dever do Estado.

Segundo a PNAS (2004, p.10),

A Política Nacional de Assistência Social se configura necessariamente na perspectiva sócio-territorial, tendo os mais de 5.500 municípios brasileiros como

¹³ Para fins de trajetória da política de assistência, tomaremos como marco a constituição federal que a regulamentou no modelo que se têm hoje.

¹⁴ A assistência social ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia, e deve ser financiada com recursos previstos no orçamento da Seguridade Social. (BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 33, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012).

suas referências privilegiadas de análise, pois se trata de uma política pública, cujas intervenções se dão essencialmente nas capilaridades dos territórios. Essa característica peculiar da política tem exigido cada vez mais um reconhecimento da dinâmica que se processa no cotidiano das populações. Por sua vez, ao agir nas capilaridades dos territórios e se confrontar com a dinâmica do real, no campo das informações, essa política inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas – população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência.

No que se refere ao público que a política se destina define-se que são cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004).

Na mesma lógica, em 15 de julho de 2005 foi aprovado o projeto de Lei 189/10, por meio de uma resolução do CNAS, e a partir disso se delineou a organização da assistência social com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), trazendo como diretrizes a descentralização político-administrativa envolvendo os três níveis de governo, a participação da população, o dever do estado na garantia de direitos e a matricialidade sociofamiliar. O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial, e, ainda os eixos estruturantes e de subsistemas. (BRASIL, 2005).

À respeito disso, destaca-se que as ações, programas, projetos deverão ser formulados meticulosamente para que deem conta de um atendimento integral e que efetive os direitos do público atendido pela política, considerando que se tratam de indivíduos em situação de vulnerabilidade social. No entanto, “a assistência social ao ficar sob a responsabilidade do Estado, ao mesmo tempo que aponta para a conquista de direitos, despolitiza a luta por uma sociedade verdadeiramente igualitária”. (RUSSO et al, 2008, p 134).

Pereira (2013) também caminha nessa lógica, e defende que no capitalismo o choque de interesses contrários entre destinatários e sujeitos da proteção social se tornou mais sofisticado e ideologicamente ardiloso. Ou seja, esse modo de produção é amarrado aos

interesses do Estado, responsável pelo planejamento e gestão da assistência social e concomitantemente pela proteção social dos cidadãos.

Com a expansão do capital e a pauperização da força de trabalho, a assistência irá sendo apropriada pelo Estado sob duas formas: uma que se insinua como privilegiada para enfrentar politicamente a questão social; outra para dar conta de condições agudizadas de pauperização da força de trabalho. (SPOSATI et al, 2014).

Decorre disso que as políticas sociais, incluindo a PNAS, embora reconhecidas pelo Estado assumem um caráter reducionista e de seleção da pobreza, numa perspectiva que trata superficialmente das questões de vulnerabilidade e pauperização extremas, principalmente no período que segue após a onda neoliberal e a crise do capital. Sendo assim, no que tange à atuação dos assistentes sociais na Política de Assistência Social o CFESS (2011) pontua que:

[...] a intervenção profissional na política de Assistência Social não pode ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades à “gestão da pobreza” sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante.

Diante dessa realidade, apreende-se que esse contexto de expansão da desigualdade social, outros fatores como o crescimento global do desemprego estrutural, da miséria e pobreza estrutural, vai atingir, de acordo com Arrazola (2006) sobremaneira às mulheres das classes subalternas, ao ponto de falar-se de uma *feminização da pobreza*¹⁵ (grifo da autora). Nesse sentido, Lima (2014) também enfatiza que a dicotomia entre profissões masculinas e femininas, impulsiona as mulheres a ocuparem uma posição de subalternidade, ganhando menos que os homens de forma que, a pobreza no mundo tem um gênero e também uma cor: “a pobreza é feminina e negra”. (LIMA, 2014, p.55).

Por outro lado, as políticas sociais, vêm trazendo a centralidade e o foco na família e acabam por propiciar, segundo Pereira (2006), o esvaziamento da política social como direito de cidadania, uma estratégia resultante do impacto do neoliberalismo, já que, ao invés de emancipar a família, sobrecarrega-a com tarefas e responsabilidades protetivas do Estado. “É forte a responsabilização da família pelo bem-estar de seus membros, o que tem contribuído para a definição de um modelo de família marcada pela desigualdade no tratamento de gênero”. (CAMPOS; TEIXEIRA, 2009, p. 25).

¹⁶ Arrazola(2006) aponta que as mulheres constituem mais de 70% do 1,3 bilhão de pobres do mundo, dentre os quais as famílias chefiadas por mulheres que, na América Latina, compõem 40% das famílias.

Para Arrazola (2006) nessas políticas a mulher “corporifica” a família, e o Estado dessa forma se apropria, usufrui e consome gratuitamente os tempos femininos da reprodução.¹⁶ Na sociedade patriarcal capitalista em que vivemos, as mulheres são ensinadas a acolher, cuidar, educar, acalmar e servir, sendo responsabilizadas pelo “bem estar” da família e por extensão, da sociedade. (RUSSO et al, 2008, p. 136).

A Política Nacional de Assistência Social (2004) traz que a família brasileira vem passando por transformações ao longo do tempo, uma delas refere-se à pessoa de referência da família, visto que de 1992 até 2002 houve um crescimento de 30% da participação da mulher como pessoa de referência da família¹⁷.

Campos e Teixeira (2009) destacam que as políticas sociais adotadas na América Latina e articuladas com as condições oferecidas pelo mercado de trabalho e com a estrutura familiar predominante, são responsáveis por delimitar e reforçar o papel da mulher na sociedade de classes, reforçando as desigualdades. Isto posto e tendo como base os autores utilizados, percebe-se que a dimensão de gênero na política de assistência social embora esteja presente, não apresenta estratégias de enfrentamento ou superação da mulher enquanto responsável pela organização familiar.

¹⁶ “... os tempos sociais sexuais e de classe, exprimem modos de vida que se materializam na sociabilidade e nos modos de orientar, disciplinar e regulamentar a vida individual e coletiva...”. (ARRAZOLA, 2006, p. 88).

¹⁷ A informação representada por esses dados está presente no texto que prevê a Política Nacional de Assistência Social (2004) e contribui para evidenciar a importância da política.

3 SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PROFISSIONAIS

O capitalismo, impregnado pela ideologia patriarcal, reforça o sistema de opressão que subjuga as mulheres e, portanto ao compreender os primórdios da desigualdade de gênero, da questão social e a conjuntura em que se consolidaram as políticas sociais no Brasil, fica evidente que a articulação desses eixos causa impactos diretos na vida das mulheres ainda nos dias atuais. Logo, se causa impacto na vida das mulheres, sujeitos da proteção social, impacta também nos processos de trabalho dos assistentes sociais nesse âmbito, visto que o mesmo tem como objeto de trabalho a questão social e que em seu fazer profissional, lida com as questões objetivas e subjetivas da vida dos sujeitos sociais, considerando a totalidade em que os mesmos vivem.

A partir do exposto, percebe-se a importância de refletir e delinear a forma como os (as) assistentes sociais podem intervir junto das mulheres, com o objetivo de fortalecer os direitos já garantidos constitucionalmente e, além disso, promover a igualdade de gênero e potencializar a efetiva transformação da realidade das mesmas, com destaque às usuárias da política de assistência social público-alvo do presente estudo.

3.1 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: IDAS E VINDAS NA TRAJETÓRIA DA PROFISSÃO

A trajetória do Serviço Social no Brasil é demarcada por diversas mudanças no que se refere à identidade e função que a profissão ocupa dentro do sistema capitalista, perpassando diversos períodos históricos e variados contextos político-sociais já esboçados no capítulo anterior e os quais pretende-se apreender agora com o objetivo de definir a conjuntura na qual o serviço social surgiu e se transformou ao longo dos anos até chegar em sua atual composição. Assim Martinelli (2011, p. 17) afirma que o serviço social “pulsando com o tempo e o movimento, criando-se e recriando-se continuamente no fértil terreno das diferenças, das alteridades, das diversidades”.

Essa profissão, se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e burguesia industrial. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 77).

Nesse caminho Martinelli (2011) traz que é impossível estudar o Serviço Social sem estabelecer nexos com as revoluções burguesas, a ascensão do capitalismo e a luta de classes, Isto posto, para fins deste subitem, definiremos a revolução industrial como marco inicial responsável por tracejar os caminhos que possibilitaram o surgimento do serviço social.

Iamamoto e Carvalho (1995) apontam que no início do século XX, a maior parcela da população operária, vivia em condições *angustiantes* (grifo nosso), amontoando-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais em casas infectas, sendo muito comum a carência ou falta absoluta de água, esgoto e luz, além disso, em parte das indústrias não haviam condições de higiene e tampouco de segurança.

Para Martinelli (2011) com esse surto de desenvolvimento, desencadeado após a revolução industrial, a sociedade do capital passa a enfrentar os danos causados pelo conflito capital x trabalho e suas mais diversas expressões de desigualdade, rebeldia e resistência. A partir disso, se expressam os primeiros movimentos reivindicatórios do proletariado e nesse “a resposta principal e mais evidente do Estado na Primeira República, diante da sua incapacidade de propor e implementar políticas sociais eficazes, será a repressão policial” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p.142).

Disso decorre o cenário ideal para o surgimento do Serviço Social, “engendrado pelo Estado e apoiado pela Igreja, gerado na contradição, no antagonismo e na alienação, a fim de controlar a sociedade e criar e implantar a ilusão de servir aos menos favorecidos” (MARTINELLI, 2011). Em conformidade disso, Faleiros (2006) afirma que em 1930 quando data o surgimento da profissão, a mesma era voltada à integração entre estado e sociedade numa perspectiva moralizante e disciplinadora, visto que nesse período a questão social era considerada como “caso de polícia”.

Nesse momento surgem instituições como a Associação das Senhoras Brasileiras (1920) e a Liga das Senhoras Cristãs (1923) que para Iamamoto e Carvalho (1995) embora suas ações concretas sejam limitadas e seu conteúdo seja paternalista e assistencialista é através destas que se constituem as bases materiais e organizacionais que permitirão a expansão da ação social e o surgimento do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (1932). À respeito deste, os autores destacam que suas atividades se orientarão para a formação técnica especializada para a ação social e a difusão da doutrina social da igreja, atuando como “dinamizador do apostolado laico” através das moças católica e com ação direta junto ao proletariado. Através do CEAS, com base nos autores (op cit) surge em 1936 a primeira Escola de Serviço Social e em seguida, na década de 1940, surgem várias outras, em sua maioria de origem católica. Atrelado à isso, têm-se também o surgimento da Legião

Brasileira da Assistência em 1942 que vai se constituir como importante instrumento para implantação e institucionalização do Serviço Social no Brasil, incorporando à profissão técnicas e princípios do Serviço Social. “É principalmente nos encontros e conferências promovidos pelo Movimento Católico – Semanas de Ação Social, Congresso de Direito Social – que são expostas as primeiras tentativas de sistematização da prática e ensino do Serviço Social, assim como a visão do mundo que dá suporte a essas formulações”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p.212).

Posteriormente, segundo Iamamoto e Carvalho (1995) o Estado vai assumindo para a profissão paulatinamente uma organização corporativa, minimizando as contradições postas entre a classe dominante e os setores populares e assumindo a defesa da harmonia social, do desenvolvimento, da colaboração entre as classes, em prol de favorecer a expansão e acumulação capitalista. Esse caráter fomenta a noção ideológica de trabalho, onde o mesmo é entendido como virtude dos homens e cada trabalhador é um padrão em potencial¹⁸, alicerçado nisso, instaura-se a ideia de que o trabalho é meio de libertar-se. A partir disso, o Serviço Social dá início ao processo de ruptura com suas práticas até o momento e além de dispor de aproximação com uma teoria mais consistente, a profissão vai apresentar sua laicização.

A categoria profissional de assistentes sociais se consolida e em 1946 é criada a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS); o primeiro Código de Ética Profissional do Assistente Social é aprovado em assembleia geral da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), em 29 de setembro de 1947; até 1949, foram criadas 15 escolas de Serviço Social no Brasil. A profissão de assistente social é regulamentada no Brasil, pela Lei n. 3.252, de 27 de agosto de 1957. (LISBOA, 2010, p. 70).

Em conformidade do exposto, Martinelli (2011) diz que a aceleração de consciência não se dá de forma linear, mecânica ou como um fato isolado e sim com relação direta com o conjunto de circunstâncias ao qual está referenciado, além disso a autora ressalta que “somente a partir do momento em que se expandiu a base crítica da consciência social dos agentes, através da ruptura da alienação é que eles puderam perceber o caráter conservador, subordinado e burguês de suas práticas” (MARTINELLI, 2011, p.140). Para a autora, as décadas de 70 e 80 acompanharam o surgimento e o ápice de um movimento latino-americano da revisão crítica do Serviço Social que recebeu denominação de Movimento de Reconceituação do Serviço Social e com apoio do Centro Latino Americano de Trabalho

¹⁸ A ascensão social se transmutava em ascensão individual à classe dominante, eliminando-se assim qualquer possibilidade de estruturação da consciência de “classe”. (MARTINELLI, 2011, p. 135).

Social (CELATS) que foi pioneiro em discutir a natureza do Serviço Social a partir de fundamentos analíticos marxistas.

Nesse período, conforme a autora (op cit) em termos de Brasil foi essencial a participação do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais que realizou dois encontros profissionais que discutiram questões cruciais à profissão, sendo em 1967 e 1970 onde se produziu respectivamente os documentos de Araxá e Teresópolis, ambos reveladores quanto à identidade do Serviço Social.

Faleiros (1991) afirma que a intensa efervescência política decorrente do declínio do regime ditatorial, levou a profissão à assumir um papel social-político e foi possível sua aproximação com os movimentos sociais e o início do seu processo de ruptura com a alienação visto que nesse período a estratégia de enfrentamento à questão social foi representada pelo binômio repressão e assistência.

Dessa forma, data desse período de tensões político-sociais decorrentes do regime ditatorial no Brasil, o que se definiu como o processo de reconceituação da profissão e que representa no campo teórico. A aproximação da profissão com a teoria crítica de análise da realidade social vai impactar na identidade da profissão, que assume o enfrentamento das demandas postas pelo modo de produção capitalista e de defesa intransigente dos direitos humanos. O serviço social passa a atuar em prol da classe trabalhadora, distanciando-se dos interesses do estado, igreja e burguesia.

O processo alienante, alienado e alienador a que foi submetido o Serviço Social, segundo Martinelli (2011) não permitiu aos profissionais a construção da sua identidade e da consciência coletiva enquanto profissão, desde seus primórdios a burguesia através da igreja e das instituições de caridade, manipulou e se apropriou da prática e dos agentes sociais, subordinando-os aos ardis do capitalismo. Operando sempre com a identidade atribuída pelo capitalismo e ostentando a face dos detentores do poder à que estava vinculado – Estado, Igreja, classe dominante – o Serviço Social caminhava em seu processo de institucionalização, atravessando continuamente pelo signo da alienação (MARTINELLI, 2011, p. 135). Historicamente, para esse sistema de produção, o Serviço social se caracterizou como uma profissão capaz de lidar com os conflitos oriundos do capital x trabalho e respectivamente, amenizar as relações contraditórias da luta de classes estabelecida entre burguesia e proletariado.

A identidade da profissão não é estática e sua construção histórica envolve a resistência frente às contradições sociais que configuram uma situação de barbárie, decorrentes do atual estágio da sociabilidade do capital em sua fase de produção destrutiva,

com graves consequências na força de trabalho (CFESS, 2011). Para Martinelli (2011), a identidade atribuída marcou historicamente o Serviço Social como uma profissão complementar, funcionando a serviço de terceiros, representando permanentemente formas distintas de repressão e controle e isso, impactou e atrasou o despertar da consciência crítica dos profissionais.

O profissional somente assume um compromisso crucial com a classe trabalhadora a partir do movimento de reconceituação e do projeto ético-político da profissão. Esse compromisso confirma-se com base nos princípios fundamentais do Código de Ética (1993) sendo eles: o posicionamento profissional em favor da equidade e justiça social; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito; a garantia do pluralismo, optando por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual; o exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

É justamente nessa lógica que se fortalece o papel do assistente social em fomentar a efetiva transformação da realidade em busca de um projeto societário sem desigualdade e exclusão social e que deve exercer a profissão sempre no viés da construção da cidadania, efetivação dos direitos, empoderamento e autonomia dos sujeitos sociais.

3.2 PROCESSOS DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

O Serviço Social que se concretiza a partir da CF tem como conjunto normativo na década de 1990 alguns marcos como: a Lei de Regulamentação da Profissão (1993), o Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993), as Diretrizes Curriculares (1996) e o Projeto Ético-Político da profissão, bem como sofre influência das legislações sociais em ascensão na mesma década tais como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990), a LOAS (Lei Orgânica da Assistência, de 1993), e da LOS (Lei Orgânica da Saúde, de 1990).

Nesse movimento, a Lei 8.662 de 7 de junho de 1993 de Regulamentação da Profissão, normatiza o exercício profissional dos assistentes sociais, podendo exercê-lo somente àqueles possuidores de diploma em Serviço Social, e delimita as competências e atribuições privativas desses profissionais. Dessa forma, o assistente social assume o status de

trabalhador assalariado, ou seja, vai se inserir como profissional na divisão sócio técnica do trabalho e concomitantemente, atuar mediando às relações de forças decorrentes da apropriação dos meios de produção.

O exercício profissional, conforme já esboçado em análises anteriores, é permeado pela contradição do método dialético, no cotidiano do assistente social, o mesmo é ora influenciado pelas demandas institucionais e ora pelas demandas dos usuários. Nesse sentido, o assistente social dever-se-à ser um profissional que busque compreender a totalidade e a historicidade dos sujeitos, afim de consolidar e mediar a garantia de seus direitos.

Sendo assim, o processo de trabalho, nas palavras de Guerra (2000) é compreendido como “conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação, e da criação dos meios”. Disso, entende-se o processo de trabalho do assistente social numa lógica que o apreende, para fins do presente trabalho, através de três categorias as quais serão explicitadas a seguir, sendo elas: a práxis e nela inclui-se as categorias do método; a instrumentalidade, a qual daremos maior ênfase; e por fim, a intencionalidade sob a qual debruça-se também a mediação;

Assim posto, Bezerra e Veloso (2015) tendo como base os estudos de Vásquez (1968) definem que enquanto a atividade cognoscitiva consiste no fato do homem se deparar com uma realidade e desejar conhecê-la e investigá-la, a atividade teleológica por sua vez propõe a construção de determinada realidade demandando uma ação efetiva. Essa reflexão representa por si, o caráter da práxis, dando ênfase que a mesma “só pode existir na medida em que, estivermos tratando de uma ação real e objetiva” (BEZERRA; VELOSO, 2015, p. 14), embora a atividade teórica detenha sua importância na construção desta, ela por si só fica no plano ideal, faltando-lhe o caráter objetivo e material que compõe a práxis.

Os apontamentos realizados a respeito da práxis fortalecem o caráter interventivo da profissão, situando o Serviço Social no seu campo, entendido por Fraga (2010) como sendo a área das Ciências Sociais Aplicadas, num movimento que fortalece a indissociação entre teoria e prática profissional. Disso entende-se também que o serviço social nessa linha aproxima-se do conceito de práxis produtiva que “pelo processo de trabalho, se utiliza de instrumentos para transformar um determinado objeto, acatando uma finalidade” (VÁSQUEZ, 1968 apud BEZERRA; VELOSO, 2015).

Dessa forma, o assistente social tendo como matéria-prima as diversas expressões da questão social requisita no uso de suas regulações profissionais, a visão crítica para desvendar a realidade e a articulação entre teoria e prática posta na práxis, mas além disso, necessita também das técnicas e instrumentos necessários à sua intervenção e da instrumentalidade.

Disto entende-se, com base em Battini (2001), que o instrumental utilizado pelo profissional não pode ser analisado isoladamente, mas organicamente articulado ao projeto ético político que compreende o serviço social a partir de três dimensões sendo elas: Dimensão Teórica metodológica que se baseia em uma teoria social de leitura e de explicação do real e funda-se na unidade teoria-prática; Dimensão Ídeo-política alicerçada em uma prática social e profissional que interpreta a realidade a partir das determinações históricas; Dimensão Técnico-operativa constituída pelas teorias, metodologias, instrumentais e técnicas que compõem a ação.

À respeito disso, compreende-se que esse conjunto de “instrumentação técnica” embora seja essencial ao fazer profissional, não compõe sozinho a instrumentalidade. Para Guerra (2000), na medida em que os assistentes sociais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras da instrumentalidade. Define-se nas palavras da autora, a instrumentalidade como “uma determinada capacidade, qualidade ou propriedade constitutiva da profissão” (GUERRA, 2000, p. 1), indo ao encontro disso, Battini (2001) entende como sendo a excelência do assistente social o “saber-fazer”.

No que se refere às demandas às quais perpassam a instrumentalidade, entende-se que:

Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutores da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípios ético-políticos. (GUERRA, 2000, p. 11).

Quanto aos instrumentais, na visão de Battini (2001) entende-se que podem ser de caráter quantitativo e qualitativos sendo: os quantitativos construídos pelas instâncias superiores institucionais com vistas à padronização dos dados e informações solicitadas, sendo eles: mapas, rotinas, convênios, regulamentos, planejamento estratégico, processos informativos, relatórios quantitativos, memorandos, cartas, gráficos, tabelas estatísticas e outros; já os qualitativos são direcionados ao processo e o produto das práticas profissionais e estão em permanente construção coletiva, como por exemplo: orçamento participativo, plebiscito, fóruns, pesquisa-ação, observação participante, conferências e conselhos, parecer social, diário de campo, assessoria, supervisão acadêmica, supervisão técnica, reuniões, visitas e etc.

Além disso, a autora destaca que associado aos instrumentais são necessários um conjunto de técnicas que referendam a habilidade no uso dos mesmos, dentre elas: técnica da

entrevista, de apoio, de análise institucional, análise de conteúdo, relato, da escuta, entre outros. Diante desse conjunto de instrumentos e técnicas que vão compor o exercício profissional, impõem-se o *saber fazer* referindo-se a um “profissional que habilitado no manejo do instrumental técnico saiba colocá-lo no seu devido lugar (qual seja, no interior do projeto profissional) e, ainda, que reconhecendo a dimensão política da profissão, inspirado pela razão dialética, invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital”. (GUERRA, 2000, p.15).

Outra categoria a ser compreendida no presente trabalho é a intencionalidade do assistente social, entendida a partir de Guerra (2000) como sendo a finalidade que se têm a partir dos processos de trabalho, ou seja, é a objetivação do exercício profissional em respostas às demandas das classes. Além disso, destaca-se que no âmbito da intencionalidade, tem-se a presença da categoria mediação sendo considerada por alguns autores como necessária para que se alcance os propósitos do fazer profissional. A mediação “permite que os sujeitos, face à sua intencionalidade, invistam na criação e articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades profissionais”. (GUERRA, 2000, p. 13).

Nesse sentido, o CFESS através do documento Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (2011) pontua que:

Nessa perspectiva, a intervenção profissional na política de Assistência Social não pode ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades à “gestão da pobreza” sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante.

Também nesse sentido, entende-se que “o instrumental é definido, escolhido, selecionado a partir de finalidades, pois são estas que determinam o modo de atuar e a escolha por alternativas” (BATTINI, 2001, p.8). Sendo assim, em tese, o que foi possível apreender até o presente momento são os marcantes processos de construção do Serviço Social enquanto profissão, paralelo à isso, percebe-se a contradição posta a todo momento e sua presença na construção dos processos de trabalho do assistente social.

3.3 O DEBATE SOBRE GÊNERO NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

As relações sociais estabelecidas pela lógica do capital tem de ser entendidas e articuladas a partir da totalidade histórica, da particularidade e singularidade dos sujeitos expressas através da questão social e manifestadas nos campos de intervenção. Visto que é através da questão social que se expressam as contradições postas pela lógica do capital x trabalho, burguesia x proletariado, do trabalho assalariado e alienado, da riqueza socialmente produzida e individualmente apropriada.

Retoma-se utilizando-se de Yamamoto (2008) que a questão social é mais do que as expressões de pobreza, miséria e “exclusão”. O predomínio do capital financeiro conduz a banalização da vida humana, a descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças. A questão social atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era da financeirização do capital. Disso entende-se que a apropriação dos meios de produção impacta na sociedade construindo e se enraizando através da desigualdade social que coloca a classe trabalhadora em posição de inferioridade e em decorrência disso, não acessa os bens e serviços tão essenciais à era do capital.

Nessa lógica, infere-se que a questão social representada através da pobreza, fome, desemprego é responsável por refrear a construção da autonomia, identidade e enfraquecer o empoderamento dos sujeitos, e quando somada à opressão e desigualdade de gênero, podem ser perversas e causar impactos na forma como as mulheres percebem e experienciam a vida cotidiana. Além disso, partindo do pressuposto definido por Saffioti (2004) que a grande contradição da sociedade atual é composta pelo nó patriarcado, racismo e capitalismo, define-se que tanto um quanto outro, vai impactar a estrutura social onde se configuram as relações de produção e reprodução da vida.

Fato esse que se justifica numa perspectiva que compreende a perpetuação das desigualdades de gênero fortalecidas pelo binômio patriarcado e capitalismo. “As fronteiras de gênero, da mesma forma que as de classe se entrelaçam para servir a uma grande variedade de funções e análises políticas, econômicas, sociais e culturais. Os estudos de gênero nos convidam a olhar e a pensar de maneira diferente sobre nossa condição histórica e sobre a origem das desigualdades sociais”. (LISBOA, 2010, p. 68).

Nas últimas décadas foi possível observar um movimento lento de transformação no modo de vida das mulheres, marcado pela remodelação do seu papel social. Isso se deve à intensificação das reivindicações dos movimentos sociais, especialmente o movimento feminista, que vêm dando visibilidade às desigualdades de gênero que vitimizam as mulheres e fortalecem a lógica de subordinação e inferioridade das mesmas. Esse movimento apesar de significativo ainda traz por parte do aparato estatal, ações fragmentadas e focalizadas, que não levam em conta todos os aspectos que envolvem a vida das mulheres.

Percebe-se também, indo de acordo com o referencial teórico trazido que a responsabilização da mulher diante da organização familiar, acaba por vezes sendo reforçada pelas próprias políticas públicas. Diante disso, destaca-se que essa temática precisa, adentrar esse espaço de forma que se faça presente nas análises dos profissionais que nela atuam e se torne foco de capacitação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. As políticas públicas promoverem visibilidade à questão de gênero e à luta das mulheres não é suficiente, pois é necessário uma “revolução intelectual e cultural e a superação da lógica binária” (LAGARDE, 1996 apud LISBOA, 2010).

Nesse sentido considerando o Serviço Social enquanto profissão inserida nesse contexto, é mister ressaltar conforme Bezerra e Veloso (2015), que o gênero estando presente em todas as esferas da vida social, com o Serviço Social não poderia ser diferente. Mas, além disso, pensar o papel do assistente social não só frente à desigualdade de classes, mas também de gênero, não é tarefa nada simples uma vez que perpassam inúmeras questões no tocante às relações sociais, ao patriarcado e ao sistema capitalista de produção.

Também nessa lógica, Lima (2014, p.55) aponta que:

Deste modo, o Serviço Social — como profissão predominantemente feminina, com público usuário majoritariamente feminino e com ações voltadas para as expressões da questão social mediatizadas por questões de classe social, gênero, raça/etnia e orientação sexual — precisa, necessariamente, ter um processo de formação profissional que considere tais questões como fundamentais, e não simplesmente como discussões acessórias que não têm verdadeira centralidade no processo de formação profissional.

Sendo assim, a discussão em torno do fazer profissional dos assistentes sociais frente às mulheres deve considerar também, de antemão, os princípios estabelecidos pelo seu Código de Ética, sendo profissão pioneira em assumir um compromisso de defesa intransigente dos direitos humanos.

Quanto à isso, destaca-se os princípios fundamentais presentes no código, em especial aos itens: VI – Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o

respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VIII- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; XI – Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

A ampliação das discussões em torno dessas questões e o aporte legal trazido pela Constituição e pelo Código de Ética(1993), apesar de se constituírem como um importante instrumento para dar visibilidade à desigualdade social enfrentada pelas mulheres, não se estabelece como garantia de direitos ou de enfrentamento a essa realidade, no que se refere à relação direta estabelecida com o gênero masculino. Em conformidade disso, Bezerra e Veloso (2015, p. 207) destacam que “o fato de ser citado, ainda que em obras de grande referência para a profissão, não significa que a sua apropriação tenha realmente se efetuado ou consolidado”. Para os autores, ainda é possível encontrar referências que tratam de maneira inadequada a questão de gênero sem evidenciar seu real potencial analítico.

Dessa forma, no que tange à formação profissional compreende-se que o estudo de gênero e sua incorporação às análises da realidade, no âmbito de nossa intervenção exigem um processo de formação que contemple o seu entendimento em todas as esferas da vida social. Nesse sentido, Lima (2014, p 65) propõe que:

A temática de gênero deve se dar em forma de disciplina obrigatória e no momento de ingresso dos discentes no estágio obrigatório; A temática de gênero deve incorporar mais efetivamente discussões relacionadas à etnia/raça, diversidade sexual e questões éticas; A temática de gênero deve se dar também transversalmente, nas diversas disciplinas do curso, relacionando tal temática com as demais.

Pois o que tem se experienciado nas atuações profissionais é que apesar da base teórica e legal existente, ainda é um desafio aos profissionais compreender a problemática de gênero quando a mesma está materializada nos indivíduos usuários das políticas sociais. O que configura-se que no cotidiano profissional é que por vezes os próprios assistentes sociais acabam por se distanciar daquilo que o mesmo se propõe e reforçam a desigualdade enraizada na sociedade.

Além disso, é essencial compreender o Serviço Social como a profissão atuante na mediação entre Estado, burguesia e classe trabalhadora, e, portanto responsável pela implantação e implementação das políticas sociais destinadas a enfrentar as demandas da questão social e permeadas de contradições no que tange à sua efetivação. É essencial que se compreenda a forma como a sociedade se estruturou tomando como partido o capitalismo e

patriarcado na regulação do modo de ser, pensar e agir das mulheres. Ou, como citam Bezerra e Veloso (2015, p. 206) à respeito da questão de gênero:

Seu estudo e incorporação às análises da realidade, ou seja, ao âmbito de nossa intervenção, demandam um processo de formação profissional que contemple o seu tratamento: uma formação que capacite os assistentes sociais a perceber a presença do gênero em todas as esferas da vida social.

Sendo assim, quando se reflete sobre o fazer profissional frente às mulheres usuárias da Política de Assistência Social além de todos esses princípios, o assistente social sempre deverá atuar de forma que não acabe reiterando os ideais da sociedade machista e patriarcal que oprime e enfraquece esse grupo. Para que isso se verifique na práxis profissional, é necessário a teoria crítica numa análise de totalidade e historicidade e um processo de constante análise do gênero enquanto categoria constitutiva das desigualdades sociais.

Bezerra e Veloso (2015) reforçam que essa análise, configura-se como uma tarefa difícil que exige um processo de formação e qualificação teórica, política e metodológica consistente e contínua visto que o gênero se configura como uma categoria em disputa e demanda da atuação dos assistentes sociais na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

4 O ESTÁGIO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESVELANDO AS DESIGUALDADES SOCIAIS E DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA – RS

O processo de estágio em Serviço Social possibilita desvelar a realidade e compreendê-la através da articulação entre teoria e prática. Este se caracteriza como um momento valioso para o futuro profissional, para a instituição que o recebe e o supervisor de campo que têm a oportunidade de se oxigenar, podendo algumas vezes trazer novas análises e perspectivas à respeito dos processos de trabalho.

Dessa forma, enquanto acadêmica em Serviço Social, despertou-se o desejo de atuar em um espaço sócio-ocupacional que proporcionasse vivências e um contato com a realidade da assistência social no município bem como, desenvolver os processos de trabalho em um equipamento público que permitisse estar atrelado às instituições, programas, projetos e serviços da rede socioassistencial.

Nesse sentido, as experiências vivenciadas durante o estágio curricular obrigatório permitiram enquanto estagiária apreender as desigualdades sociais a partir de dois lócus profissionais, sendo eles: Secretaria de Desenvolvimento Social e o Centro de Referência em Assistência Social Norte de Santa Maria - RS¹⁹ correspondentes respectivamente à gestão e à proteção social básica da Política Nacional de Assistência Social.

4.1 CARACTERIZANDO OS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS, O MUNICÍPIO E O TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS NORTE

Esclareceu-se até então a respeito da assistência social que a mesma foi reconhecida na Constituição Federal de 1988 como direito do cidadão e dever do Estado, sendo uma política não contributiva, responsável pela proteção social, sua materialização se deu através da Política Nacional de Assistência Social (2004) e a sua organização e delimitação conforme o Sistema Único de Assistência Social (2005). Esse sistema constitui um conjunto de benefícios, serviços, programas e projetos que vão ser destinados ao enfrentamento da pobreza e exclusão social dos segmentos mais vulneráveis da população e vai se organizar em níveis, sendo baixa, média e alta complexidade.

¹⁹ O processo de estágio se deu em dois campos distintos devido à organização interna da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município que realocou o supervisor de campo para o Centro de Referência em Assistência Social Norte. À respeito do presente trabalho será dada maior ênfase ao Estágio II no CRAS Norte pois foi onde aplicou-se o Projeto de Intervenção elaborado durante o estágio.

A Política Nacional de Assistência Social (2004) prevê a descentralização da gestão da mesma, atribuindo funções em âmbito federal, estadual e municipal de forma que:

I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais. (BRASIL, 2004).

Assim, em nível federal, o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), criado em 2004 e localizado em Brasília é o órgão federal representativo e gestor da Política Nacional de Assistência Social e tem como objetivos estabelecer o sistema de proteção social como estratégia de combate à extrema pobreza. Além disso, essa entidade coordena o Sistema Único de Assistência Social, também dá suporte ao funcionamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), faz a coordenação das ações intersetoriais de superação da pobreza extrema e é responsável pelo maior programa de transferência de renda do país, o Programa Bolsa Família.

Em nível estadual e municipal, as secretarias no âmbito da política de assistência atuam na gestão da assistência social numa perspectiva que deve considerar tanto os marcos regulatórios²⁰ quanto às especificidades e principais demandas dos seus respectivos territórios. As políticas são desenvolvidas e implementadas em parceria com estados e municípios, com ações conjuntamente pactuadas e por meio de repasses fundo a fundo. Organizações da sociedade civil também estão integradas aos sistemas unificados e desempenham funções importantes, tanto na área de assistência social quanto de inclusão produtiva e segurança alimentar e nutricional (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2018)²¹.

Na esfera municipal em Santa Maria (RS) o órgão de referência responsável por planejar e executar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pela gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a Secretaria de Desenvolvimento Social. Além disso, esse órgão tem como atribuição assessorar as entidades e organizações de assistência social de forma que os serviços prestados, programas, projetos e benefícios estejam em conformidade com as normas do SUAS. No que se refere à cidade, conforme o Censo Demográfico de 2010, a mesma tem aproximadamente 261.031 habitantes, sendo que apresenta um índice expressivo de pobreza em que 4.614 pessoas possuem renda domiciliar per capita abaixo de R\$70,00.

²⁰ Como marco regulatório considera-se todos os documentos e leis que normatizam os equipamentos sócioassistenciais, destacando principalmente: PNAS, Nob SUAS, a Tipificação Nacional de Serviços Sócio Assistenciais e as cartilhas do CNAS E CFESS.

²¹ Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>, acesso em: 03 de novembro de 2018.

Na secretaria do município, no período em que se realizou o estágio, atuavam três assistentes sociais desenvolvendo seus processos de trabalho organizados da seguinte forma: sendo um responsável pela gestão do programa Bolsa Família, o segundo responsável pela proteção social básica e de média complexidade e o terceiro, sendo o supervisor de campo do estágio, responsável pela alta complexidade e pelas demandas emergentes do plantão social na instituição.

Os equipamentos da política no município de Santa Maria - RS, durante a realização do estágio, eram: 3 Centros de Referência em Assistência Social referentes à proteção social básica, localizados nas regiões Oeste, Leste e Norte de Santa Maria. Na média complexidade possui 1 Centro de Referência Especializada em Assistência Social, localizado na região Centro. Na alta complexidade, as instituições vinculadas à SMDS são: quanto ao acolhimento de crianças e adolescentes no município há o Lar de Miriam e Mãe Celita e Aldeias SOS que atendem à crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e devem estar articuladas ao ECA e a Proteção à crianças e adolescentes. Quanto ao público idoso, há três Casas de longa permanência para Idosos que prestam atendimento a esse público sendo elas: Lar das Vovozinhas, Asilo Vila Itagiba, Abrigo Espírita Oscar Pithan sendo que as mesmas devem atender às determinações do Estatuto do Idoso. Quanto à população em situação de rua, a referência no município é a Casa de Passagem para Adultos, administrada via licitação pela Pousada Acolher. Quanto às mulheres vítimas de violência doméstica²² há a Casa Aconchego, localizada junto do abrigo de crianças e adolescentes Lar de Mirian e Mãe Celita.

Os Centros de Referência em Assistência Social são responsáveis, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), pela atuação com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário e pela execução dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica do SUAS. Em conformidade com a norma Operacional Básica do SUAS (2005, p. 25), Santa Maria, sendo uma cidade de grande porte, deveria dispor de no mínimo quatro CRAS, cada um para até 5000 famílias referenciadas, em áreas de maior vulnerabilidade social para gerenciar e executar ações de proteção básica no território referenciado. No entanto, no período em questão dispunha de apenas 3 equipamentos de referência localizados nas regiões Oeste, Leste e Norte do município.

O CRAS tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. (BRASIL, 2009).

²² Compreende-se essas mulheres como parte do público-alvo do projeto de intervenção realizado durante o estágio e também como objeto de estudo do presente trabalho.

No que se refere ao território correspondente ao Centro de Referência em Assistência Social Norte, onde se deu o estágio II, segundo o Diagnóstico Socioterritorial disponível no portal SUAS VISOR²³, em um raio de 5 km do equipamento, há aproximadamente 2.399 famílias com até R\$85,00 per capita. Esses dados apontam que assim como em diversas cidades, Santa Maria concentra boa parte da pobreza urbana em determinados bairros, sendo que significativa parte deles se concentra na região de abrangência do CRAS Norte.

O CRAS conforme já especificado, enquadra-se na proteção social básica e segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, se define como:

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social.

Além disso, para agir preventivamente é necessário dispor de informação, conhecer o território e as famílias que nele vivem. A identificação e o conhecimento das situações de vulnerabilidade e risco social devem ser utilizados como fonte para o planejamento municipal, para a definição de serviços socioassistenciais a serem ofertados em cada território e para a ação preventiva nos territórios dos CRAS (MDS, 2009). Entretanto, verificou-se no cotidiano da instituição durante o estágio que em decorrência de diversos fatores de precariedade tanto estrutural, quanto de recursos humanos, as famílias referenciadas ao equipamento não possuem um vínculo construído com o mesmo e, portanto muitas vezes não acessam esse espaço.

Sobre isso destaca-se que os equipamentos da proteção básica e média, em Santa Maria foram administradas de 2005 à 2015 a partir de um contrato de terceirização assinado pela Secretaria de Desenvolvimento Social com uma instituição assistencial, portadora do CEBAS- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social²⁴. Posteriormente, no ano de 2015, através de chamamento público, outra instituição assumiu a gestão dessas instituições, reafirmando novamente a decisão do município pela descentralização, repassando os recursos à terceirizada e cabendo à ela a responsabilidade por gerir os serviços e contratar os profissionais.

A NOB-RH/SUAS determina que toda a equipe de referência do CRAS seja composta por servidores públicos efetivos. A baixa rotatividade é fundamental para

²³ Dados obtidos através da estimativa do Cadastro Único em 2016, disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/suasag/index.php> acesso em: 06/06/2018.

²⁴ O CEBAS está previsto na Lei nº 12.101/2009 e no decreto nº 8.242/2014.

que se garanta a continuidade, eficácia e efetividade dos serviços e ações ofertados no CRAS, bem como para potencializar o processo de formação permanente dos profissionais. (MDS, 2009, p.61).

Em conformidade do exposto acima, no caso do Município de Santa Maria, esses contratos resultaram na precarização dos atendimentos nos CRAS e CREAS e dos próprios processos de trabalho que se desenvolveram nos equipamentos. Nesse período, conforme as informações colhidas no processo de estágio, a realidade que se instaurou nos equipamentos se deu através do número insuficiente de profissionais no atendimento, baixas remunerações e marcado pela alta rotatividade de profissionais. Essas condições acabam por fragilizar o atendimento prestado aos usuários devido a descontinuidade nos processos de trabalho e respectivamente nas ações realizadas através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Programa de Atendimento Integral às Famílias.

Dessa forma, no corrente ano, o Centro de Referência em Assistência Social Norte de Santa Maria vivencia um processo de reorganização, após o fim da licitação de terceirização no início de 2017 foi realizado um concurso público a fim de suprir os profissionais necessários para atuar nos equipamentos da política de assistência no município. A presença de novos profissionais configura-se como uma conquista, mesmo que básica, comprometida com aquilo que a NOB-RH preconiza a respeito dos profissionais de nível superior nos Centros de Referência em Assistência Social.

Mas, esses profissionais, no entanto, ainda tinham suas funções limitadas dentro do território visto que ainda estavam em processo de conhecer a realidade e as demandas dos usuários e do território, bem como pensando ações que dessem visibilidade aos serviços ofertados no CRAS para a comunidade poder ocupá-lo como um espaço de garantia de direitos. Logo, se o equipamento responsável pela proteção social básica desse público não se efetiva, estes indivíduos são novamente impactados pelas refrações da questão social.

Diante dessa realidade, pode-se apreender a forma como o modo de produção capitalista se consolida, fragilizando e alienando os indivíduos e suas famílias a tal ponto que os mesmos não se reconhecem enquanto sujeitos de direitos e de condições dignas para a existência humana. E além disso, enfraquecendo os espaços, representados através de instituições como os CRAS que poderiam ocupar esse papel na vida dos sujeitos em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

4.2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: VIVÊNCIAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL NORTE

Para Guerra (2000) no exercício profissional o assistente social se utiliza do acervo ídeo-cultural das ciências sociais ou da tradição marxista e o adapta aos seus objetivos profissionais, para isso constrói um modo de fazer utilizando-se das técnicas e instrumentos da profissão. A respeito desses instrumentos e do modo de fazer profissional que nos debruçaremos a discutir em seguida, tendo como base os conceitos já trazidos nos capítulos anteriores.

A definição das estratégias e o uso dos instrumentais técnicos devem ser estabelecidos pelo/a próprio/a profissional, que tem o direito de organizar seu trabalho com autonomia e criatividade, em consonância com as demandas regionais, específicas de cada realidade em que atua. (CFESS, 2011).

Sendo assim, destaca-se que os instrumentais técnico operativos mais observados durante o estágio no CRAS Norte foram: acolhimentos, estudos sociais, visitas domiciliares e institucionais e elaboração de pareceres sociais principalmente no que se refere à famílias em acompanhamento via Ministério Público. Atrelado à esses processos destaca-se a observação e escuta sensível e a articulação com a rede através de encaminhamentos para programas, projetos ou serviços que possam dar efetividade ou resolutividade às demandas trazidas pelos usuários.

Sobre estes, destacou-se a importância do acolhimento compreendendo-o como o contato inicial do(a) usuário(a) naquele equipamento e/ou nessa política, devendo ser realizado de maneira que contribua para a inclusão dos indivíduos e suas famílias, como cidadãos de direitos e potencialize a criação de vínculos a fim de desvelar as expressões da questão social que perpassam a vida desses sujeitos. Outro importante instrumento é a visita domiciliar compreendida como o momento que o profissional se insere no âmbito da vida privada dos usuários a fim de apreender a realidade vivenciada pelos mesmos e é crucial que este seja seu real objetivo para que não perpetue um caráter “fiscalizador” e se utilize de argumentos teóricos que ultrapassem as aparências.

Além disso, o exercício profissional do assistente social supervisor de campo constitui-se também através do atendimento das demandas livres e espontâneas da instituição compreendido como plantão social. No entanto, a característica diferencial do plantão social realizado em outras instituições, é que nesse espaço se operacionaliza a Política Nacional de Assistência Social no âmbito da proteção social básica, e portanto tem o caráter preventivo

com o objetivo de anteceder situações de risco e vulnerabilidade social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Além disso, nesse equipamento são executados os processos de trabalho que dizem respeito ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que têm como prerrogativa acompanhar as famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social residentes no território de abrangência. Esse equipamento, enquanto proteção social básica, tem caráter protetivo e proativo, permite estabelecer vínculo com os usuários e desvendar a realidade que os cerca potencializando assim, as possibilidades de transformação social da realidade vivenciada pelos indivíduos e famílias referenciados à instituição.

De acordo com isso, a cartilha Parâmetros para Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, CFESS (2011) destaca que é necessário romper com duas tendências que são assumidas por alguns municípios referente aos CRAS. A primeira é de restringir a atuação aos atendimentos emergenciais a indivíduos, grupos ou famílias, o que pode caracterizar os CRAS e a atuação profissional como um “grande plantão de emergências”, ou um serviço cartorial de registro e controle das famílias para acessos a benefícios de transferência de renda. A segunda é de estabelecer uma relação entre o público e o privado, onde o poder público transforma-se em mero repassador de recursos a organizações não governamentais, que assumem a execução direta dos serviços socioassistenciais. Esse tipo de relação incorre no risco de transformar o/a profissional em um/a mero/a fiscalizador/a das ações realizadas pelas ONGs e esvazia sua potencialidade de formulador/a e gestor/a público/a da política de Assistência Social (CFESS, 2011).

Considerando isso, destaca-se que as expressões da questão social, já abordadas no referencial teórico, foram apreendidas através da vivência do estágio materializadas nos usuários da Política Nacional de Assistência Social de Santa Maria- RS em todos os atendimentos, acolhimentos, visitas domiciliares e demais instrumentais realizados durante esse período.

Isto posto, ressalta-se que em ambas as vivências foram percebidas algumas expressões da questão social alicerçadas na desigualdade social, e, portanto de classe, sendo elas extrema pobreza, fome, desemprego, fragilização dos vínculos familiares, marginalização frente ao mercado de trabalho e precarização das condições de moradia através das mesmas, instaura-se em seu cotidiano a exclusão social, desigualdade, a fragilização dos vínculos familiares e comunitários e ficam a mercê da vulnerabilidade e risco social.

Percebe-se que num sentido geral essas condições são fruto das dificuldades de acesso às políticas de educação, saúde, habitação e do próprio sistema capitalista que subjuga a classe trabalhadora em prol da classe dominante. Esses conceitos são percebidos através da própria voz dos usuários quando os mesmos chegam ao equipamento e relatam suas demandas que retratam a burocratização dos atendimentos, as dificuldades de acesso materializadas através da falta de recurso para vale-transporte ou até dos horários de atendimento dos equipamentos. À respeito dessa burocratização, é também dever do assistente social atuar nesse sentido, tendo como base o exposto no Código de Ética (1993) “Artigo 5º: Subitem g - contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados”.

Além disso, os usuários quando questionados na Secretaria de Desenvolvimento Social ou no CRAS à respeito do entendimento que tem da Política de Assistência Social ou dos benefícios e programas da mesma são recorrentes afirmações como: “Não conheço”; “Não entendo o que é”; ou até mesmo “Só conheço o Bolsa-Família”. Essas frases retratam por parte dos usuários o desconhecimento da política que estão acessando naquele momento e concomitante a isso, apontam para o árduo trabalho à ser executado pelos assistentes sociais no sentido de garantir o acesso à informação, conforme prevê o Código de Ética (1993):

Artigo 5º: Subitem b - garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código; Subitem c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as.

Expõe-se também que no diálogo direto com os usuários os mesmos trazem relatos que reafirmam sua percepção da assistência social como caridade ou benesse, representa através de frases como “Preciso que vocês me ajudem” ou “Minha família precisa dessa ajuda”. Nesse contexto, a ação profissional têm de ser pontual a fim de contribuir para o empoderamento esses sujeitos e esclarecer o caráter de direito, próprio dessa política, visto que a questão social atinge o modo como os mesmos pensam e agem diante das suas expressões e na forma como esses sujeitos produzem e reproduzem a vida cotidiana.

Atrelado à todo esse contexto, durante a experiência de estágio tornou-se quase impossível não problematizar a questão de gênero e a questão social, uma vez que o público usuário de maior destaque durante o período sempre foi o do sexo feminino. Percebe-se também que os frutos das desigualdades de gênero, impactam direta e indiretamente na vida

das mulheres moldando desde crianças a forma como as mesmas deverão se comportar, pensar e agir, pré-estabelecem suas decisões e escolhas partindo do pressuposto do casamento e da maternidade, e as deixando à mercê da opressão, violência e abusos.

Conforme informações colhidas no cotidiano do estágio, o casamento para algumas usuárias ocupa ainda um papel central na construção da identidade das mulheres, pois as transformam quando passam a serem esposas (SIU). De acordo com isso, Campos e Teixeira (2009) apontam que o modelo de família conceituado como “nuclear conjugal”²⁵ é responsável por gestar ainda em grande parte, as identidades feminina e masculina, em termos concretos ou simbólicos. No entanto, uma demanda recorrente dos atendimentos é a violência doméstica²⁶, compreendida como a violência que ocorre na maioria das vezes, no seio dessa família tendo como agressor geralmente o marido, esse tipo de relato fortalece a presença das amarras do patriarcado no âmbito privado das relações afetivas e sociais das mulheres que reforçam seu papel de submissão em relação ao homem.

Apreendeu-se também que são sempre as mulheres a arcarem com as responsabilidades familiares quando a família encontra-se em condição de extrema pobreza, pois mesmo que essas, não estejam inseridas no mercado de trabalho, é essa figura do sexo feminino, na maioria das famílias, que assume ou lhe é atribuído, o papel de força e resistência diante das adversidades próprias da vulnerabilidade. O diálogo com as usuárias vai ao encontro disso, pois as mesmas afirmam que a maternidade influencia suas ações e tomadas de decisões e, além disso, o significado da geração de renda para o sustento da família (SIU).

No que se refere ao papel do assistente social diante desse emaranhado de expressões da questão social e das desigualdades de gênero, pontua-se ainda a necessidade de uma leitura ampla da realidade que se põe aos olhos dos profissionais a fim de não reproduzir o senso comum. Para isso, deve utilizar-se de uma observação crítica e de uma escuta sensível que valorize a história de vida dessas mulheres e as potencialize como sujeitos de direitos e além disso, utilize-se da teoria para compreender a forma como as mesmas resistem e se opõe às fragilidades e vulnerabilidades que as cercam.

²⁵ Trata-se de um modelo restrito de família, a família nuclear conjugal, enquanto núcleo separado econômica e geograficamente da parentela extensa, constituído por pai e mãe, com funções bem definidas: o primeiro, provedor, e a segunda, ligada aos assuntos internos da família, cuidadora do lar e dos filhos, também essenciais ao padrão. (PARSONS, 1980 apud CAMPOS; TEIXEIRA, 2009, p.28).

²⁶ Essas agressões são ainda contínuas nos relatos das mulheres mesmo após 11 anos da sanção da Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha que criminaliza esse tipo de violência.

4.3. UM OLHAR SOB AS MULHERES USUÁRIAS DA ASSISTÊNCIA E O PROJETO EMPODERA MULHER

Nesse contexto deu-se a implementação do projeto de intervenção denominado “*EMPODERA MULHER: O reconhecimento e a efetivação dos direitos das mulheres usuárias da Política Nacional de Assistência Social*” elaborado durante o Estágio I na Secretaria de Desenvolvimento Social e readaptado no Estágio II para estar vinculado à realidade no novo espaço sócio ocupacional, o CRAS Norte. O mesmo tinha como público alvo as mulheres usuárias da Política de Assistência Social, que cotidianamente buscavam no atendimento, informações sobre programas de transferência de renda, benefícios eventuais previstos na PNAS e demais assuntos que dizem respeito à proteção social sua e dos seus familiares, com destaque as crianças e adolescentes, idosos e/ou portadores de deficiência que necessitam de cuidados.

O projeto tinha como proposta de intervenção a realização de grupo focal com mulheres no Centro de Referência em Assistência Social - CRAS Norte em Santa Maria, tendo como justificativa as desigualdades de gênero e a forma com que as mesmas incidem na construção da cidadania e identidade das mulheres, privando-as muitas vezes do acesso às informações, da tomada de decisões e da participação social.

A cartilha Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social que prevê que o profissional deve “instituir espaços coletivos de socialização de informação sobre os direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação”. Em consonância disso, o grupo “Empodera Mulher” foi pensado como um “espaço” de atuação profissional com o objetivo de garantir o acesso à informações e promover a criação de um ambiente onde as mulheres usuárias da PNAS possam debater sobre diversos temas, incluindo as políticas públicas e a questão de gênero, e concomitantemente acessem seus direitos sociais.

Os encontros previstos no projeto realizar-se-iam nos dias: 26/04/2018, 03/05/2018, 10/05/2018, 16/05/2018, 24/05/2018 e 30/05/2018 e tinham como temas respectivamente: “Apresentação do Grupo”, “Projetos de vida e educação”, “Saúde da Mulher”, “Assistência Social e o CRAS”, “Tema livre” e por fim, confraternização e encerramento.

O primeiro encontro do grupo teve como objetivo conhecer o perfil das mulheres presentes, ouvir suas histórias e verificar as principais expressões da questão social presentes no seu cotidiano e a forma como as mesmas incidem na sua particularidade, nesse dia o grupo contou com três participantes.

No encontro realizou-se a dinâmica da teia, onde cada participante deveria escrever em uma folha, dois sentimentos que perpassam seu cotidiano e posteriormente, conforme iam se apresentando, cada uma deveria retirar um dos papéis e segurar um fio de barbante, dessa forma, se constituiria uma teia de sentimentos. O propósito da dinâmica foi de perceber que todos os participantes são envolvidos em determinados momentos por aquele sentimento, despertando a empatia entre as usuárias e iniciando o processo de estabelecimento de vínculos entre as mesmas e com a própria estagiária.

Os sentimentos trazidos pelas participantes foram: Frustração, esperança, cansaço, a satisfação no cuidado com os filhos e na construção das suas relações e numa perspectiva negativa, a convivência cotidiana. Sendo que quando citadas as dificuldades de convivência pode-se apreender o quanto às mesmas estão atreladas ao adoecimento que as refrações da questão social promovem na vida desses sujeitos, numa lógica que dificulta o diálogo e a manutenção do cotidiano no contexto intrafamiliar.

Outro momento destacado foi que uma das usuárias relatou que não deixa que as dificuldades a entristeçam, quando algo não está bem, ela pensa em sua família, filhos e netos e segue em frente. Esse relato representa em si, às formas de enfrentamento à questão social ressignificadas por essa usuária, numa lógica que a fortalece e não a fez perder a esperança em dias melhores.

Durante a realização da dinâmica uma das usuárias se emocionou ao relatar também as dificuldades que encontra em casa para relacionar-se com o esposo e que o mesmo por vezes, não dá atenção às suas preocupações ou vontades (SIU). Para compreender essas relações reforça-se a ideia de que “a família nunca deixou de ser uma unidade, produtora e provedora de serviços, devido, em grande parte, ao trabalho da mulher, no âmbito doméstico”. (CAMPOS; TEIXEIRA, 2009, p. 23).

O segundo encontro do grupo marcado para o dia 03/05, teve como tema a educação e o objetivo era discutir a respeito dos projetos de vida, expectativas e da representação que o acesso à educação tinha na concretização dos mesmos. Além disso, na perspectiva do acesso à informação, previsto no Código de Ética do Assistente Social ²⁷, foram trazidas informações sobre a política no município tanto do acesso quanto à educação básica, quanto ao ensino técnico e superior visto que esse tema foi trazido pelas usuárias no primeiro encontro. No entanto, no dia referente ao segundo encontro não houveram usuárias para participar do

²⁷ Art 5º- Subitem C: Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as. (CÓDIGO DE ÉTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS, 1993).

grupo, em parte devido á forte chuva que ocorreu no dia e em parte é claro, das dificuldades já relatadas no que tange ao CRAS Norte.

O terceiro encontro, a realizado no dia 10 de maio de 2018, teve como tema os cuidados específicos da saúde da mulher e como objetivo trazer informações tanto sobre a saúde no âmbito da enfermagem, quanto a saúde como política pública de acesso universal e direito dos cidadãos. Nesta ocasião, uma enfermeira foi convidada para participar desse espaço e trazer informações às usuárias sobre cuidados preventivos com a saúde, as especificidades do corpo feminino e as respectivas dúvidas trazidas pelas participantes. Além disso, ao planejar esse encontro, enquanto estagiária em serviço social atuando na perspectiva da socialização das informações, visava elencar alguns direitos garantidos em lei às mulheres no que se refere aos processos de promoção e prevenção da saúde.

Na semana anterior ao encontro foi feito um convite para divulgação do encontro e exposto no CRAS e em algumas paradas de ônibus próximas ao mesmo, no entanto, na data prevista, novamente as usuárias da PNAS não se fizeram presentes. Diante disso, a estagiária estendeu a realização desse encontro, às mulheres funcionárias do CRAS Norte, sendo duas psicólogas, uma assistente social e duas estagiárias do serviço social que participaram do grupo, junto da enfermeira convidada e da própria estagiária, responsável pelo projeto.

Esse encontro do grupo apesar de não ocorrer conforme o planejado, considerando o fato de o público alvo não ter sido atingido, configurou-se sim como um espaço muito rico e de efetiva socialização de informações. Fato esse que abriu precedente para reflexões sobre o quanto o acesso à informação é essencial à todas as classes sociais e que os processos de limitação do conhecimento e de alienação a partir do senso comum, perpassam a vida não somente das mulheres usuárias da PNAS, mas também, como pôde ser observado, até das próprias trabalhadoras atuantes na assistência social no município. Nesse dia foi possível uma troca de experiências e de informações muito densa e ao mesmo tempo, empoderadora e infere-se que as participantes relataram em diversos momentos a satisfação em ter participado e o quão importante foram os aprendizados decorrentes do encontro.

Os demais encontros previstos pelo projeto não foram realizados devido às sérias dificuldades encontradas para alcançar a participação do público alvo, sendo que apenas o primeiro encontro contou efetivamente com usuárias da política de assistência social do município de Santa Maria. Essa ausência de participantes afetou negativamente o projeto de intervenção, impossibilitando a realização dos encontros que se desejava tendo como resultado final a continuidade de dificuldades no que tange o acesso à informações sobre as políticas de educação, saúde, assistência e etc.

Diante disso, no que se refere aos aspectos quantitativos, o grupo não se aproximou do número de mulheres que pretendia, no entanto mesmo não alcançando o público desejado, verificou-se que o grupo teve em si, uma representação significativa para as usuárias que participaram. Dessa forma, quanto aos aspectos qualitativo, mesmo que não na amplitude que se desejava, o mesmo foi efetivo na viabilização do acesso à informações e na contribuição para autonomia e emancipação das mulheres, não só das usuárias, mas também das profissionais que vieram a participar do grupo. Quanto às usuárias, uma delas relatou no encontro que “é muito importante esses grupos para conversar sobre as coisas que vivem” (SIU) e a outra disse sentir-se bem em estar em um lugar que pode falar sem medo sobre seus problemas (SIU).

Além disso, o projeto apontou para a necessidade do CRAS vislumbrar estratégias para “atrair” a população de referência para que ocupem esse espaço, participando dos grupos enquanto ferramentas para fomentar a transformação social. Visto que, apesar de diversos momentos no campo de estágio durante o mês de abril estarem voltados à divulgação do projeto, o mesmo não teve sucesso em criar estratégias efetivas de participação da população.

Para além da condição desumanizante que a desigualdade de gênero impõe às mulheres, o modo de produção capitalista a reconfigura de forma que mantenha e sustente as relações de exploração da força de trabalho e de classe social, potencializando a acentuação das refrações da questão social. Além disso, dificulta a superação dessa lógica que oprime e diferencia homens e mulheres socialmente, pelo menos até que seja possível superar o sistema capitalista de produção.

Todas essas constatações foram apreendidas no decorrer do estágio em Serviço Social, pois quando se “desmistifica” a naturalidade das desigualdades de classe e gênero é possível apreender que essas estão presentes implicitamente nas decisões cotidianas das mulheres e homens. A questão social foi percebida sempre numa perspectiva de gênero e do próprio princípio da totalidade, reforçando-se a maneira como as usuárias experienciam a vida diante das expressões resultantes do modo de produção capitalista.

As vivências mencionadas estão correlacionadas às atribuições do feminino e masculino presentes na cultura e consideradas elementos chave na conservação do machismo e patriarcado na sociedade capitalista. À respeito disso, infere-se que é nesse cenário que localizam-se e devem se efetivar as políticas sociais, especialmente a PNAS, através dos serviços, programas e benefícios da própria política e dos equipamentos sócioassistenciais presentes no município. Além disso, contribuir para a construção da cidadania e autonomia, através do acesso a informação e do resgate da identidade das mulheres, para que se

reconheçam como sujeitos de direitos em todos os âmbitos de suas vidas é uma das atribuições dos Centros de Referência em Assistência Social.

Sendo assim, o processo de estágio como um todo se caracterizou como um importante processo de formação profissional, através desse pode-se apreender a forma como a questão social incide não só na vida dos sujeitos, mas também nos processos de trabalho dos assistentes social e na implementação das políticas públicas como um todo. A respeito disso, verificou-se também que indivíduos não estão à parte dos acontecimentos, e que os mesmos os impactam de forma positiva ou negativa pois quando se insere em um serviço que por diversas vezes não funcionou da forma como deveria ou tampouco, teve os profissionais de referência que deveria, não é surpresa que os usuários se distanciem do mesmo e que por vezes, não ocupem esse espaço que é seu por direito.

Essa conjuntura impactou direta e indiretamente nas dificuldades de implementação que o projeto de intervenção teve como contra referências e, além disso, reforçou o movimento de resistência profissional visto que as expressões da questão social são perversas e potencializam uma vasta gama de situações de privação, exclusão e opressão dos sujeitos sociais. Dessa forma, os assistentes sociais nesse espaço devem articular-se no sentido de que o quanto antes, o Centro de Referência em Assistência Social Norte ocupe sim o espaço que lhe corresponde dentro da comunidade e cumpra o papel que é do Estado em garantir os direitos desse público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange à elaboração do presente Trabalho de Conclusão de Curso, o mesmo permitiu a aproximação com diversas produções no âmbito da temática que o cerca e foi possível constatar que muitos trabalhos discutem gênero e a política de assistência social, outros por sua vez discutem a atuação do assistente social e gênero, ou ainda, o serviço social e a política de assistência social. No entanto, percebeu-se que são raros os debates que englobam esses três eixos e permitem a descoberta do fazer profissional na política de assistência sob o enfoque de gênero, sendo este o principal objetivo do presente.

As considerações finais do mesmo referem-se primeiramente ao processo de estágio em Serviço Social na Assistência Social em Santa Maria - RS, que impulsionou a escolha deste tema e foi crucial para fortalecer a articulação entre teoria e prática de forma que uma e outra se complementem e se integrem enquanto categorias do cotidiano profissional. É através da prática que os assistentes sociais devem pensar o seu fazer, nunca desvinculado da teoria crítica e do movimento dialético porque assim, não corre o risco de perder sua intencionalidade enquanto profissional que luta pelas políticas públicas e pelos direitos humanos.

Além disso, a inserção em um espaço público no âmbito da Política Nacional de Assistência Social permitiu a intervenção nas nuances da questão social e concomitante, a vivência das adversidades presentes no locus de atuação profissional. Nessa lógica, reforça-se que a realidade vivenciada no CRAS Norte no período do estágio evidencia, num sentido micro, as dificuldades que perpassam o trabalho do assistente social.

Esta conjuntura já esboçada em reflexões anteriores impactou nas dificuldades de implementação do projeto de intervenção. No entanto, a mesma foi eficiente para que se possa dimensionar o quanto as desigualdades de gênero e de classe social, ainda direcionam o modo de vida das mulheres, visto que as refrações da questão social e as responsabilidades femininas no âmbito doméstico às impossibilitam a ocupar espaços que possam contribuir para a sua emancipação e empoderamento.

Os interesses de classe, na sociedade do capital, são articulados às desigualdades de gênero com o intuito de perpetuar a responsabilização da mulher pelos cuidados com a família e casa e também de inserir essas mulheres no mercado de trabalho numa lógica que precariza e subvaloriza sua mão-de-obra, direcionando-a as funções de reprodução social.

Sendo assim, entende-se a partir dos estudos realizados que classe e gênero constroem as dinâmicas de desigualdade na sociedade do capital, ou seja, esses fatores funcionam como

o motor que gera as condições ideais para a manutenção e reprodução das relações sociais, conforme estão postas. Esse contexto reflete na consolidação das relações sociais tanto no âmbito da vida privada quanto pública e na mesma lógica, impacta também na atuação dos profissionais na área das políticas sociais permitindo que mais uma vez, se consolidem as situações de privação, exclusão e opressão dos sujeitos sociais.

Esta é, sem dúvidas, uma discussão necessária ao Serviço Social, uma vez que se pensa em um profissional que, com base no seu Código de Ética, deveria se distanciar da dominação/exploração de gênero e que, ao mesmo tempo, atua numa política que ainda apresenta “deficiências” quanto à promoção da igualdade de gênero.

A atuação do assistente social, alicerçada no projeto ético-político e nas dimensões da profissão têm de ser minuciosa a fim de contribuir, ao menos minimamente, para o empoderamento e emancipação das mulheres no contexto do modo de produção capitalista e dos, ainda insistentes, resquícios do patriarcado. Diante disso, ressalta-se que o serviço social precisa romper suas barreiras para que possa de fato abarcar as intersecções de gênero e classe presentes na vida cotidiana dessas usuárias.

A esse respeito, são necessários estudos que deem visibilidade a esse amplo aparato que oprime, ainda hoje, as mulheres usuárias da Política de Assistência pela questão de gênero bem como pela classe social a que pertencem. Nessa mesma lógica, as políticas sociais em especial a PNAS, e os profissionais que nela atuam precisam ser incansáveis em minimizar essas desigualdades garantindo à essas usuárias as condições necessárias para sua emancipação e empoderamento tanto no contexto da vida privada quanto pública.

6 REFERÊNCIAS

- ARRAZOLA, Laura S. D. A. **A Política de Assistência Social e os tempos sociais femininos: Um caso brasileiro.** Revista Nómadas N.24. Abril de 2006. Universidade Central, Colômbia, 2006.
- BATTINI, Odária. **A questão da instrumentalidade do Serviço Social.** Texto de apoio para discussões na disciplina de metodologia de Serviço Social, 2001.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006 (Biblioteca básica de serviço social; v.2).
- BEZERRA, Vanessa; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica –** São Paulo: Editora Saraiva, 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- _____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social.** In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1993.
- _____. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DO SERVIÇO SOCIAL. **Lei de Regulamentação** (Lei Federal n. 8662, de 7 de junho de 1993); **Código de ética do/a assistente social** (Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993); **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social** (Abepss, 8 de novembro de 1996); -10ª ed. rev. e atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
- _____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atribuições privativas do/a Assistente Social: em questão.** 1. Ed. CFESS, 2012.
- _____. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Brasília: CFESS, 2011.
- CAMPOS, Marta Silva; TEIXEIRA, Solange Maria. **Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social.** Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 20-28 jan./jun. 2010.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado capitalista –** São Paulo: Editora Cortez, 1991.
- FRAGA, C. K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. *Serviço Social & Sociedade*, v. 101, p. 40-64, 2010.

GUERRA, Iolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, CFESS/ABEPSS – UNB, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social no tempo do capital fetiche**. São Paulo, Cortez: 2008.

_____; Carvalho, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico/metodológica. São Paulo, Cortez/CELATS, 10ª edição, 1995.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38, 2018.

KOSIK, 1976. apud BEZERRA, Vanessa; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social**: desafios a uma abordagem crítica – São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

LAGARDE, 1996 apud LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, feminismo e Serviço Social**: encontros e desencontros ao longo da profissão, 2010.

LIMA, Rita de Lourdes de. **Formação profissional em serviço social e gênero**: algumas considerações. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 117, jan./mar. 2014, p. 45-68.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, feminismo e Serviço Social**: encontros e desencontros ao longo da profissão – Rev. Katál. Florianópolis v. 13 N.1 P. 66-75 jan./jun 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. – Cortez, São Paulo, 16 ed., 2011.

MIRANDA, Líbia Mafra Benvindo de. **Questão social e gênero**: uma análise sobre a condição da mulher no mercado de trabalho. VIII Jornada Internacional de políticas públicas, UFMA, Maranhão, 2017.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez 5ª ed, 2006.

PEREIRA, P. A. P. **Mudanças estruturais, política social e papel da família**: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (orgs.). **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social**: temas e questões. 3ed. São Paulo, Cortez, 2011.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo**: Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. Tese de doutorado. Brasília, 2013.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. In: _____. **As políticas sociais no contexto brasileiro**: natureza e desenvolvimento, São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 20-56.

RAICHELIS, Raquel. **Proteção Social e trabalho do assistente social**: tendências e disputas na conjuntura da crise mundial – Serv. Soc. Soc., São Paulo, n 116, p. 609-635, out/dez. 2013.

RUSSO, G.; CISNE, M.; BRETTAS, T. **Questão Social e mediação de gênero:** a marca feminina na Assistência Social. SER SOCIAL, Brasília, v. 10, nº 22, p. 129-159. Jan/ Jun 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade – São Paulo: Expressão Popular, 2013 3ed.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151 p.

SILVA, M. L.L. **Trabalho e Previdência Social no Brasil no contexto de crise do capital.** IN: O Social em Questão. Ano XVIII – Nº 34 – 2015.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. **Patriarcado e capitalismo:** uma relação simbiótica. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** 2 ed: Recife: SOS Corpo, 1995.

SPOSATI, Aldaiza et al. **Assistência na Trajetória Das Políticas Sociais Brasileiras - Uma Questão Em Análise - 12ª Ed.** São Paulo, Cortez, 2014.

VÁZQUEZ, 1968 apud BEZERRA, Vanessa; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social:** desafios a uma abordagem crítica – São Paulo: Editora Saraiva, 2015.